

Marta Crespo Sousa Pinto

**CONTRIBUTO PARA A ANÁLISE E PLANEAMENTO
ESTRATÉGICO DA EMPRESA CRESPO-TIR, LDA**

Relatório de Estágio Profissional para obtenção do grau de Mestre em
Gestão de Empresas

Orientadora: Prof. Doutora Susana Aldeia

Instituto Superior de Administração e Gestão

PORTO, JUNHO DE 2022

Declaração de honra

Eu, Marta Crespo Sousa Pinto, abaixo assinado (a), estudante do mestrado em Gestão de Empresas do Instituto Superior de Administração e Gestão, com o nº 191260028, declaro por minha honra que o presente trabalho académico foi elaborado exclusivamente por mim, e respeita os direitos de autor e não contém qualquer plágio. Por ser verdade e me ter sido solicitada apresento esta declaração que vai assinada por mim.

Porto, 06/08/2021

Marta Crespo Sousa Pinto

Agradecimentos

Queria agradecer a todos os que de forma direta ou indireta me deram a possibilidade de estagiar num grande grupo de empresas no ramo dos Transitários.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais por me acompanharem diariamente mostrando todo o apreço e carinho necessário para eu desenvolver um bom trabalho.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer a todas as chefias que tive o privilégio de trabalhar em especial ao meu coordenador Dr. Manuel Crespo que me forneceu as orientações e informações de uma forma clara para que eu desempenhasse um trabalho competente.

Por último, mas não menos importante, agradecer à minha coordenadora de estágio Prof. Doutora Susana Aldeia que sempre se mostrou ativa no meu acompanhamento e disponível para me esclarecer qualquer tipo de dúvida.

Resumo

O presente relatório enquadra-se na realização do estágio profissional do Mestrado em Gestão de Empresas, do Instituto Superior de Administração e Gestão. Decorreu na empresa Crespo-Tir Transitários Lda, situado na Rua dos Transitários nº182, sala BN, 4455569, Perafita e teve a duração de 400 horas, com início no dia 17 de setembro e término dia 27 de novembro.

Este estágio teve como objetivo a aplicação prática dos conteúdos teóricos lecionados durante a parte letiva do mestrado. Procura conhecer e analisar a posição financeira da empresa Crespo-Tir em termos empresariais e contabilísticos através da criação de uma nova estratégia competitiva.

Através dos objetivos estabelecidos, o desenvolvimento de uma nova estratégia irá ser útil na criação de novas medidas que possibilitem a melhoria de diversos resultados operacionais e da situação atual da empresa.

Para tal, foi utilizada a seguinte metodologia através de pesquisas em artigos científicos, livros, revisões de literatura, análise de documentos de suporte contabilístico relacionados com os temas em questão, notas retiradas no decorrer do estágio, com o objetivo da criação de uma análise económico-financeira que orientará a empresa nas suas atividades operacionais.

Essa análise incluiu uma análise SWOT e uma análise de Indicadores Económico/Financeiros, concluindo que a implementação de um novo plano de negócios e a criação de um departamento comercial seria importante no processo de desenvolvimento da entidade.

As dificuldades existentes na elaboração deste relatório estiveram presentes devido ao grau de exigência que a empresa apresentava, fazendo com que a criação de novas estratégias fosse de elevada importância.

Palavras-Chave – Análise Económico-Financeira; Análise SWOT; Indicadores Económico-Financeiros; Posição Financeira.

Abstract

This report is part of the professional internship of the Master's in Business Management, at the Instituto Superior de Administração e Gestão. It took place at the company Crespo-Tir Transitários, Lda., located at Rua dos Transitários nº182, room BN, 4455-569, Perafita and lasted 400 hours, starting on the 17th of september and ending on the 27th of november.

This internship aimed at the practical application of the theoretical contents taught during the academic part of the master. It seeks to understand and analyze the financial position of the company Crespo-Tir in business and accounting terms through the creation of a new competitive strategy.

Through the defined objectives, the development of a new strategy will be useful in the creation of new measures that allow an improvement of several operational results and the current situation of the company.

To this end, the following methodology was used through research in scientific articles, books, literature reviews, analysis of accounting support documents related to the topics in question, notes taken during the internship, with the aim of creating an economic analysis financial agency that will guide the company in its operational activities.

This analysis included a SWOT analysis and an analysis of Economic-Financial Indicators, concluding that the implementation of a new business plan and the creation of a commercial department would be important in the entity's development process.

The existing difficulties in preparing this report were present due to the level of demand that the company presented, making the creation of new strategies of high importance.

Keywords – Economic-Financial Analysis; Economic-Financial Indicators; Financial Position; SWOT Analysis.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo	ii
Abstract.....	iv
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	vii
Índice de Tabelas	x
Índice de Gráficos	xi
Índice de Figuras.....	xii
1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO.....	3
2.1 A Informação Financeira e as Demonstrações Financeiras	3
2.1.1 A Contabilidade.....	5
2.1.2 O Sistema de Normalização Contabilística	6
2.1.3 A Harmonização Contabilística	10
2.1.4 As Demonstrações Financeiras e o Processo de Tomada de Decisão	13
2.1.4.1 Balanço.....	17
2.1.4.2 Demonstração de Resultados	18
2.2 Análise Económico-Financeira	18
2.2.1 Função Financeira	20
2.2.2 Gestão Financeira	21
2.2.3 Técnicas e Instrumentos de Análise	22
2.2.4 Análise dos Indicadores	24
2.2.4.1 Indicadores Financeiros	24
2.2.4.2 Indicadores de Atividade	26
2.2.4.3 Indicadores de Rendibilidade	27
2.3 Gestão Estratégica	29
2.3.1 Análise do Ambiente Externo	29
2.3.2 Modelo das 5 Forças de Porter	29
2.3.3 Análise Interna e Análise SWOT.....	30
3. DIAGNÓSTICO DA EMPRESA E PROBLEMÁTICA ORGANIZACIONAL.....	32
3.1 Introdução	32
3.1.1 Apresentação da Empresa	32
3.1.2 Especialidades da Empresa Crespo-Tir-Transitários, Lda	33
3.1.3 Problemática Organizacional	35
4. METODOLOGIA, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E CONTRIBUTOS PARA A ORGANIZAÇÃO	37

4.1 Metodologia, Cronologia e Duração do Estágio	37
4.1.2 Atividades Operacionais Desenvolvidas	38
4.2 Diagnóstico Estratégico da Empresa Crespo-Tir, Lda	43
4.2.1 Volume de Negócios e Resultados.....	43
4.2.2 Análise dos Rácios no ano de 2018/19/20	46
4.3 Implementação de Novas Estratégias e de Vantagem Competitiva	50
4.4 Contributos para a Empresa	53
5. REFLEXÃO E AUTO-AVALIAÇÃO DO TRABALHO.....	54
5.1 Reflexão do trabalho desenvolvido.....	54
5.2 Auto-Avaliação do trabalho	54
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
WEBGRAFIA	60

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANTRAM - Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias

APAT- Associação Portuguesa dos Agentes Transitários

AT- Autoridade Tributária

BADF - Base para a Apresentação de Demonstrações Financeiras

BCP- Banco Comercial Português

CC - Código de Contas

CCI- Código de Contribuição Industrial

CDO - Câmara dos Despachantes Oficiais

CE- Comissão Europeia

CNC - Comissão de Normalização Contabilística

DC - Diretrizes Contabilísticas

DF - Demonstrações Financeiras

DMR - Declaração Mensal de Remunerações

EBIT- Earning Before Interest and Taxes

EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

EC – Estrutura Concetual

FASB - Financial Accounting Standards Board

FCL- Full Container Load

IAPMEI- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IAS - International Accounting Standards

IASB - International Accounting Standards Board

IASC - International Accounting Standards Committee

IASCF - International Accounting Standards Committee Foundation

IFRIC - International Financial Reporting Interpretations Committee

IFRS - International Financial Reporting Standards

IOSCO - International Organization of Securities Commissions

IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

LI - Liquidez imediata

LG - Liquidez geral

LR - Liquidez reduzida

LTL- Less than Truckload

MDF - Modelos de Demonstrações Financeiras

NCRF - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

NCRF-ME - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Micro Entidades

NCRF-PE - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades

NI - Normas Interpretativas

NIC - Normas Internacionais de Contabilidade

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU - Organização das Nações Unidas

PMP - Prazo Médio de Pagamento

PMR - Prazo Médio de Recebimento

POC - Plano Oficial de Contabilidade

QS - Quadros do Setor

RCP - Rendibilidade do Capital Próprio

RLV - Rendibilidade Líquida das Vendas

ROA - Return on Assets

ROV – Rendibilidade Operacional das Vendas

SAFT - Standard File for Tax Purposes

SAGE- Sistema de Apoio à Gestão

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SS- Segurança Social

SWOT - Strengths; Weakness; Opportunities Threats

UE - União Europeia

Índice de Tabelas

Tabela 1- Cronograma para Elaboração do Relatório Final de Estágio 37

No table of figures entries found.

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Evolução do Volume de Negócios

Índice de Figuras

Figura 1 - Secção relativa a taxas de IRS na ficha de funcionário do programa SAGE

Figura 2 - Declaração Mensal de Remunerações IRS- Autoridade Tributária

1. INTRODUÇÃO

A análise económico-financeira é indispensável tanto para uma perspetiva interna como externa, sendo fundamental para os investidores que os instrumentos de análise sejam completos em termos de alcance e de informação mais fidedigna.

Num ambiente altamente competitivo, a informação financeira é considerada uma vantagem útil no processo de análise financeira, contribuindo para determinar diversas características e fundamentos reais, precisos e complexos da sua estrutura, centrando-se no seu desenvolvimento e equilíbrio financeiro.

Esta análise necessita da gestão financeira no processo de preparação, tomada e controlo das decisões financeiras, através da determinação de uma gestão eficaz da tesouraria, do planeamento, considerando os objetivos da organização.

Tendo em conta a situação atual de possível falência desta entidade, este trabalho teve como objetivo:

- a. Análise da situação patrimonial e financeira da empresa, em termos contabilísticos e empresariais, tendo como método de comparação os anos de 2018, 2019 e 2020;
- b. Identificação de diversas falhas que afetassem o desenvolvimento operacional da empresa;
- c. Cálculo dos indicadores económico-financeiros úteis no processo de elaboração do diagnóstico da empresa;
- d. Criação de medidas de Gestão Estratégica a longo prazo através de uma análise interna e externa evidenciando a realização de uma Análise SWOT;

Para alcançar os objetivos, foi utilizada uma metodologia qualitativa, em concreto:

- Revisão bibliográfica baseada em artigos científicos e livros;
- Análise das demonstrações financeiras da empresa e de toda a informação contabilística da entidade;
- Ação de investigação, através da realização de entrevistas informais com os colaboradores operacionais e de observação direta no processo.

Os objetivos tinham como finalidade que a entidade continuasse em funcionamento e que a criação destas novas medidas estratégicas possibilitasse uma melhoria dos resultados operacionais.

É importante que a entidade adotasse comportamentos com mais dinamismo empresarial e inovação, ou seja:

- Atenção no processo de preparação, tomada e controlo das decisões financeiras;
- Foco no desenvolvimento financeiro, equilíbrio financeiro, rentabilidade e risco;
- Avaliação/Análise Regrada da entidade;
- Gestão Eficaz da Tesouraria.

Este relatório está subdividido em seis capítulos.

No capítulo 1, é realizada uma introdução seguida de uma contextualização dos temas que irão ser abordados no trabalho, destacando-se os principais objetivos e temáticas a serem desenvolvidas ao longo do estágio.

O capítulo 2, relata o enquadramento técnico científico, sendo descrito através de uma revisão bibliográfica em que consta toda a teoria relacionada com a informação financeira, demonstrações financeiras, com a análise económico-financeira de uma entidade seguida da interpretação de técnicas e instrumentos de análise. Por último é abordado o conceito de Gestão Estratégica constando as diversas análises internas e externas importantes na realização do diagnóstico da empresa.

No capítulo 3, é apresentado o diagnóstico da empresa e respetiva problemática organizacional.

No capítulo 4, é enquadrada toda a metodologia relacionada com a realização do estágio, todas as atividades desenvolvidas, são também apresentados os contributos necessários na melhoria da situação da entidade.

No capítulo 5, é realizada uma reflexão sobre toda a experiência e trabalho realizado, avaliando todo o processo de evolução desde o início até ao final do estágio, resumindo o e atribuindo uma conclusão do que foi executado.

No capítulo 6, é apresentada uma conclusão acerca de todo o trabalho realizado, evidenciando as principais conclusões da realização do trabalho.

2. ENQUADRAMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO

2.1 A Informação Financeira e as Demonstrações Financeiras

Atualmente, em contexto empresarial, a informação é um recurso essencial nas empresas, representando verdadeiramente uma vantagem num ambiente cada vez mais competitivo (McGee & Prusak, 1994).

Segundo Freitas (2007) a informação financeira tem duas funções:

1. A função preditiva- consiste na empresa retirar do seu prognóstico vantagens nas oportunidades que possam surgir e reagir perante determinados incidentes.
2. A função confirmatória- consiste em verificar se as previsões efetuadas no passado foram ou não atingidas.

Num processo de análise financeira, a recolha de informações contabilísticas, direcionadas para determinada organização, respetivo setor de atividade e meio envolvente, contribuem para a determinação da sua situação financeira, refletindo os recursos económicos que estão sob o controlo da organização, utilizados para determinar a capacidade de gerar fluxos monetários (Guedes, 2020).

As alterações da posição financeira devem ter em conta a análise das atividades de exploração, de financiamento e de investimento.

A informação contabilística contribui também para a determinação da sua posição no mercado, da sua estrutura/condições de financiamento, para a sua filosofia de gestão, para o seu histórico, para a sua capacidade de adaptação às mudanças, para a sua atividade e natureza jurídica e por último para a determinação do seu capital e partição de lucros futuros, fluxos de tesouraria, de liquidez e solvabilidade da organização.

Segundo Magretta (2012), em ambiente altamente competitivo, a recolha de informação é considerada um fator crítico de sucesso, reduzindo a incerteza no processo de tomada de decisão.

Nas organizações, a informação sendo considerada uma das principais bases no processo de tomada de decisão, devido ao facto de possuir características reais, precisas e complexas é considerada uma espécie de combustível no processo de orientação das organizações.

Deve ser recolhida o máximo de informação possível, nos casos em que existam fatores que tenham afetado ou estejam a afetar a situação patrimonial ou desempenho da organização (Ribeiro, 2018).

Na caracterização da situação atual da empresa e do seu futuro desempenho é importante analisar:

- o Risco (avaliar possíveis incidentes que possam surgir e afetar as atividades futuras da empresa);
- a Avaliação Global (determinar os pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças, focando no planeamento estratégico).

Tendo em conta que a informação financeira é considerada um elemento essencial, a globalização e a harmonização contabilística fazem com que faça sentido a obtenção de informação financeira relevante, fiável e oportuna. Esta informação é direcionada para os gestores da organização, para os detentores de capital, para potenciais investidores, credores, devedores e o Estado (Rosa, 2013).

O futuro da informação financeira é prejudicado por alguns fatores relacionados com a Normalização Contabilística, que ainda não é seguida em todos os países e por atualmente, existir uma tentativa de harmonização global, sendo o conceito de harmonização mais flexível do que a normalização (Alves, 2015).

A informação dos recursos económicos da organização e a sua capacidade de alteração desses recursos no passado, é importante para gerar no futuro fluxos de caixa e equivalentes de caixa.

A informação acerca da estrutura financeira é focada em prever se futuramente existe a necessidade de empréstimos e em distribuir os ganhos e fluxos de caixa pela entidade (Alves, 2015).

As informações relacionadas com a liquidez e a solvência, são úteis na resolução de compromissos financeiros, sendo que a liquidez pertence à disponibilidade futura de caixa, depois de ter em conta os objetivos financeiros nesse período e a solvência, refere-se à disponibilidade de caixa durante um período maior à medida que os objetivos financeiros sejam realizados (Alves, 2015).

A informação relativa à posição financeira é encontrada num balanço, enquanto que a informação acerca do desempenho é fornecida numa demonstração de resultados (Alves, 2015).

2.1.1 A Contabilidade

A Contabilidade atua como um instrumento de administração, planeamento e determinação dos objetivos organizacionais da entidade, analisando alternativas e projetando ações futuras. Esta continua a evoluir com o propósito de se adaptar às especificidades e informações de cada ramo de atividade empresarial (Guimarães, 2011).

Marion e Ribeiro (2011) afirmam que a Contabilidade é uma ciência responsável pelo controlo do património das organizações. É também considerado um ramo do negócio que atende às necessidades internas e externas de uma organização e um instrumento especializado no planeamento, controlo e gestão de um negócio (Santos, 2017).

Pormenorizadamente, a Contabilidade Financeira, sendo um sistema de contas que se divide em normas, regras e princípios para a análise de dados:

- Retrata o registo financeiro de uma empresa, que permite partilhar informação com o exterior (Estado; Bancos; Investidores e outros) (Silva, 2011);
- Envolve todos os valores relacionados com o ativo, o passivo, as receitas e despesas e os lucros e perdas (Silva, 2011);
- Permite analisar e classificar a sua situação económico-financeira em qualquer altura, refletindo toda a realidade económico-financeira patrimonial de uma empresa (Padoveze, 2010);
- Dispõe de periodicidade, que, pode ser mensal, trimestral ou anual dependendo da decisão adotada pela empresa submetida às exigências fiscais e legais (Padoveze, 2010);
- Disponibiliza informação financeira para auxiliar as empresas no planeamento, controlo e processo de tomada de decisão e conseqüentemente contribuindo para o seu sucesso (Lopes, 2013);
- É um sistema de informação destinado a clientes, fornecedores, trabalhadores, financiadores e investidores com diferentes objetivos e conhecimento (Lopes, 2013);

- Contém informação financeira que deve transparecer uma imagem verdadeira da empresa/organização (Lopes, 2013);
- Gere as suas ações de forma a tornar os seus dados fiáveis, perante as empresas que necessitam dos seus serviços (Rodrigues, 2020);
- Deve harmonizar a informação a nível nacional e internacional (Rodrigues, 2020).

2.1.2 O Sistema de Normalização Contabilística

Segundo Chicundico (2019, p. 50), a palavra “normalização pode ser entendida como um conjunto de ações na procura de uma uniformização de regras contabilísticas tendentes a criar uma “linguagem contabilística” cada vez mais universal”.

Até o Sistema de Normalização Contabilística ser aprovado, foram várias as etapas que originaram a publicação do seu decreto-lei. O Sistema de Normalização Contabilística em Portugal, inicia-se com a aprovação do Código de Contribuição Industrial (CCI) (Santos, 2010).

Após aprovação deste código, a contabilidade torna-se a principal referência no apuramento do lucro real das empresas. A tributação das empresas era realizada com base nos lucros presumidos e com este código passou a basear-se sobre o lucro real. Começaram a surgir os Técnicos Oficiais de Contas, atualmente designados de Contabilistas Certificados (Guimarães, 2011).

Detalhadamente, segundo (Santos, 2010), no dia 7 de Fevereiro de 1977, o Decreto-Lei nº. 47/77 aprovou o Plano Oficial de Contabilidade e criou a Comissão de Normalização Contabilística (Santos, 2002).

No dia 13 de Julho de 2009, o Sistema de Normalização Contabilística SNC foi aprovado e publicado pelo Decreto-lei (DL) nº. 158/2009, sendo aplicável às empresas não financeiras. O novo SNC visou a substituição do Plano Oficial de Contas que foi revogado, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2010 (Farinha, 2009).

No dia 23 de Agosto entra em vigor a lei n.º 20/2010, a qual pormenoriza melhor o conceito de pequenas entidades para efeitos da aplicação do SNC. Esta lei vem alterar o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Em 2015, através da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, surge a reformulação do SNC. A quinta etapa presente neste Decreto-Lei foi importante pois foram redefinidos vários conceitos relacionados com as micro entidades, com as pequenas entidades e grandes entidades e classificação dos grupos económicos de pequena, média e grande dimensão.

O Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), surge então com o objetivo de analisar todo o processo de desenvolvimento da Contabilidade, sendo um sistema contabilístico, baseado em critérios explícitos e em factos contabilísticos direcionados para o valor da empresa (CNC, s.d.).

Segundo o Decreto-Lei nº (98/2015), o Sistema de Normalização Contabilística é aplicável às seguintes entidades:

- Sociedades integradas no Código das Sociedades Comerciais;
- Empresas individuais abrangidas pelo Código Comercial;
- Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
- Empresas públicas;
- Cooperativas;
- Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico;

Segundo o Decreto-Lei nº (158/2009), são considerados elementos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC):

1. Estrutura Conceptual (EC);
2. Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF);
3. Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
4. Código de Contas (CC);
5. Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF);
6. Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRFPE);
7. Norma Contabilística para as micro entidades (NC-ME);
8. Normas Interpretativas (NI).

Segundo CNC (s.d.), a Estrutura Conceptual é um documento autónomo, baseado no Anexo 5 das “Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) nº. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho”, segundo a Comissão Europeia. É um regulamento e estruturação de todo o sistema contabilístico.

A Estrutura Conceptual foca-se nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e na interpretação das Demonstrações Financeiras:

- Executa o acompanhamento de todo o processo de preparação das DF, proporcionando informação relevante acerca da situação patrimonial da organização, das suas possíveis alterações que irão ser úteis na tomada de decisão.
- Avalia as características qualitativas da informação das Demonstrações Financeiras;
- Define os critérios de reconhecimento e mensuração das contas;
- Foca-se na manutenção do capital.

O Código de Contas (CC), constitui o quarto elemento e é uma estrutura codificada de contas com o objetivo de ajudar nas plataformas e bases de dados particulares/oficiais e os diferentes utentes públicos ou privados. Engloba as contas que constituem o Ativo, o Passivo, Capital Próprio, os Rendimentos e os Gastos (CNC, 2016).

As Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) têm como objetivo, o de prescrever as bases quanto à estrutura e conteúdo do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração das Alterações de Capital Próprio e Anexo (CNC, 2016).

As Normas Interpretativas (NI) informam acerca do conteúdo presente no SNC. Propostas pela Comissão de Normalização Contabilística, sendo de aplicação obrigatória, até agora foram publicadas duas normas interpretativas, a NI1 e a NI2 (CNC,2016).

A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) é um organismo independente que engloba, a nível nacional, as entidades públicas e privadas inseridas no setor da Contabilidade, funcionando no âmbito do Ministério das Finanças, (CNC, 2016).

Existe desde 1974, sendo considerada uma entidade com o objetivo de emitir normas, de acordo com os procedimentos contabilísticos e recomendações ao conjunto das entidades inseridas no setor empresarial e setor público, de maneira a estabelecer

procedimentos contabilísticos, em concordância com as normas europeias e internacionais pertencentes à mesma natureza (Rocha, 2019).

Como referido anteriormente, a (CNC) foi criada em 1977, que tinha como objetivo o funcionamento e aperfeiçoamento da normalização contabilística nacional, a apresentação de propostas de melhoria na alteração do POC, emitir interpretações técnicas deste e das diretrizes contabilísticas (Santos, 2002).

Em 1979 são designados os seus respetivos membros e em 1987 foi publicada a portaria 262/87, que relata toda a sua organização e funcionamento.

Em 1991, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) publicou 29 Diretrizes Contabilísticas (DC) com base nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), fundamentadas das normas do *International Accounting Standards Committee (IASB*¹), de forma a complementar e pormenorizar o conteúdo do POC (Santos, 2017).

Tendo em conta as Normas Internacionais de Contabilidade, o regulamento (CE) 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, fez com que as empresas tivessem a obrigação de criar as suas demonstrações financeiras com base nas IFRS (*International Financial Reporting Standards*) (Santos, 2017).

Após a publicação do regulamento (CE) 1606/2002 pela UE, a CNC criou o modelo “Projeto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística” que se divide em dois níveis de normalização contabilística, um de natureza europeu e internacional direcionado às entidades com um nível de exigência maior de relato financeiro em Portugal e o segundo de natureza nacional relativo às entidades que não necessitam do primeiro nível de normalização (Luzia, 2013).

No dia 13 de Julho de 2009, no Decreto-lei nº. 160/2009, a Comissão de Normalização Contabilística foi ajustada, modernizando-a, na sequência de aprovação do Sistema de Normalização Contabilística (CNC, s.d.).

Foi simplificado o seu processo de modo de atuação, adequando-se às novas competências que lhe foram atribuídas. A nova CNC antecipou o mecanismo de “*enforcement*²” das normas contabilísticas, acrescentando que é necessária a sua

¹IASB- International Accounting Standards Board. Considerado um conjunto de normas de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis e aceitáveis globalmente de modo a permitirem às empresas a sua exata posição nas demonstrações financeiras.

²*Enforcement*- são mecanismos que contribuem para uma correta aplicação das IFRS pelas empresas cotadas. Citado por (Guerreiro, 2009), *enforcement* é o conjunto de procedimentos existentes num país que garantem a aplicação correta das normas e princípios contabilísticos.

correta utilização de acordo com os mecanismos de controlo adequados, identificando e corrigindo erros materiais na aplicação das normas.

A emissão dessas normas foca-se em melhorar a qualidade das informações financeiras, contribuindo para o desenvolvimento de padrões de alta qualidade da informação e do relato financeiro. Tendo em conta o artigo 3 do Decreto-Lei nº. (134/2012), estas normas são destinadas apenas a entidades que apliquem:

- O sistema de normalização contabilística (SNC);
- A normalização contabilística para micro entidades;
- A normalização contabilística para o setor público Decreto-Lei nº (134/2012).

Estas normas são designadas por algumas entidades de Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) elabora as normas com base no documento designado por Estrutura Concetual (EC), essencial no modo de preparação das demonstrações financeiras. As normas são supervisionadas pela CNC que aplica coimas caso algo não esteja correto (CNC, s.d.) .

As médias e grandes empresas devem-se guiar pelas normas e princípios contidos no Sistema de Normalização Contabilístico, isto para a devida preparação e apresentação das suas informações financeiras, tendo como inspiração as Normas Internacionais de Contabilidade e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC e a NIRF) (Rodrigues, 2019).

2.1.3 A Harmonização Contabilística

No dia 29 de Junho de 1973, surgiu, com o intuito de desenvolver um conjunto de normas de relato financeiro, a constituição do *International Accounting Standards Committee (IASC)* (Schiebel, 2008).

Esta estabelece um acordo entre vários órgãos reguladores da Contabilidade em diferentes países, isto para a implementação de uma maior comparabilidade de informação financeira, diminuindo as diferenças contabilísticas (Schiebel, 2008).

Consiste na verificação da informação financeira no cumprimento das normas de relato financeiro, tomando as medidas necessárias caso sejam detetadas infrações a estas normas.

Os objetivos do IASC são baseados na publicação de normas contabilísticas, as *International Accounting Standards* (IAS), na sua aceitação mundialmente e contribuição para a Harmonização Contabilística (Rodrigues & Guerreiro, 2004).

A necessidade de harmonização contabilística fez com que o *Financial Accounting Standards Boards* (FASB) e o *International Accounting Standards Committee* (IASC) se juntassem na criação de uma normativa contabilística de qualidade e aplicável universalmente (Rodrigues & Guerreiro, 2004).

Através dos vários desenvolvimentos internacionais como a adesão à União Europeia (UE), em 1986, e das Diretrizes Contabilísticas (DC), fizeram com que o tratamento das matérias não contempladas no POC aproximassem o normativo português ao normativo internacional. Foram também adotados outros Decretos-Lei com o objetivo de harmonizar a Contabilidade portuguesa, aproximando-a das normas internacionais do IASB (Castellano, 2005).

Em 1995, o *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO) e o *International Accounting Standards Committee* (IASC) assumem um acordo que visa na criação de normas contabilísticas, de qualidade, divulgada por empresas cotadas mundialmente.

Em 2001, a reestruturação do IASC deu origem à *International Accounting Standards Committee Foundation* (IASCF) e ao *International Accounting Standards Board* (IASB). Sendo que, as novas normas designam-se de *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as novas interpretações de *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

No ano de 2000 até 2005, a Comissão Europeia (CE), apresenta um plano de adoção das *International Accounting Standards* (IAS), que consiste na admissão de Normas Internacionais de Contabilidade na comunidade com o intuito de harmonizar as informações financeiras das sociedades.

As entidades que aplicam as IAS/IFRS apresentam maior qualidade nas informações financeiras, em comparação às que não aplicam estas normas.

Existe uma diferença notável entre a Normalização Contabilística e a Harmonização Contabilística. Segundo Videira (2013, p. 23), este refere que *a normalização procura uma uniformização de regras contabilísticas, enquanto a harmonização tende para a aproximação daquelas regras, com base em princípios, sendo, portanto, um processo mais flexível do que a normalização.*

Ambas possuem o mesmo objetivo dos acontecimentos e transações financeiras, ou seja, o mesmo tratamento contabilístico, de forma que os relatos financeiros das diferentes empresas sejam comparáveis e entendidos por todos os usuários das demonstrações financeiras.

Segundo Reigado (2016, p. 80), “São raras as pessoas que trabalham em empresas multinacionais, e que estão algo envolvidas nos seus sistemas contabilísticos, que não tenham pensado quão bom seria se existisse uma linguagem contabilística universal.”

Rodrigues (2010) acrescenta que a diversidade contabilística é considerada o maior impedimento da existência da globalização a nível contabilístico e de relato financeiro. É essencial que essa diversidade seja compreendida pelos diferentes utentes, pois a sua compreensão iria ser uma vantagem empresarial entre vários países.

As diferenças dos normativos contabilísticos dos diferentes países da UE vêm: (Rodrigues, 2010)

- Dos sistemas legais;
- Do alcance da equidade;
- Das dimensões das empresas;
- Do grau de dependência da contabilidade na fiscalidade;
- Da forma como atua a profissão contabilística;

Cañibano e Mora (2000) defenderam que os países que possuíam ambientes sociais idênticos, teriam práticas contabilísticas idênticas, mas estas teriam que estar de acordo com as condições económicas, culturais, sociais e legais.

Existe, porém, uma grande necessidade de Harmonização Contabilística a nível mundial, devido à constante globalização dos mercados de capitais e economias. Tendo em conta que cada país tem o seu normativo contabilístico, é muito mais difícil a comparação da informação financeira. As práticas contabilísticas existentes nos diferentes países devem ser reduzidas de forma a permitir a comparabilidade da informação financeira (Guerreiro, 2006).

O próximo passo para alcançar a Harmonização Contabilística será a existência de um normativo contabilístico internacional único que irá ser uma vantagem nas relações comerciais e financeiras globais (Guerreiro, 2006).

As empresas multinacionais, as instituições financeiras de grande dimensão e outras organizações como a (OCDE), a (ONU) e a UE são as mais interessadas numa harmonização contabilística internacional (Santos, 2010).

CE (1995) indica três vantagens a reter da implementação da Harmonização Contabilística:

- Comparação de informações financeiras de diferentes países, tendo uma noção de lucros e prejuízos;
- Redução de custos, visto que só existirá apenas um conjunto de contas;
- Fatores económicos, sociais e legais consistentes em diferentes países do mundo;

Segundo Rocha et al. (2019), as Normas Internacionais de Contabilidade vão inovar no futuro, de maneira que se possa criar uma Normalização Contabilística Global em normas de aceitação geral.

2.1.4 As Demonstrações Financeiras e o Processo de Tomada de Decisão

As demonstrações financeiras são um importante instrumento de apoio à tomada de decisão, sendo o seu objetivo o de transmitir informação através de relatórios contabilísticos que demonstrem a posição financeira da empresa, o seu desempenho atual e as suas possíveis alterações (Morais & Lourenço, 2013).

A posição financeira de uma empresa resulta da utilização eficiente dos seus recursos económicos, da sua estrutura financeira, da sua liquidez e solvência, focando também na sua adaptação às alterações do ambiente em que atua (Rodrigues, 2020).

As Df preparadas com esta finalidade são úteis às necessidades da maioria dos usuários. São consideradas uma fonte de informação dos utentes (investidores, clientes, fornecedores, pessoal, Estado, entre outros (Silva, 2011).

No entanto, nem sempre conseguem proporcionar toda a informação para a tomada de decisões económicas devido à presença de efeitos financeiros de acontecimentos passados (Silva, 2011).

As demonstrações financeiras são preparadas tendo em conta dois pressupostos, o pressuposto do regime de acréscimo e de continuidade (Silva, 2011).

No cumprimento dos seus objetivos, as demonstrações financeiras são preparadas segundo o regime contabilístico do acréscimo. Quando ocorrem transações financeiras ou outro tipo de acontecimentos, nestas situações e nesse momento, o registo contabilístico e o relato das demonstrações financeiras são realizados, independentemente se estas tenham sido recebidas ou pagas (Rodrigues, 2020).

Os utentes são informados pelas demonstrações financeiras não só das transações passadas incluindo o pagamento e recebimento de caixa como dos pagamentos e recebimentos de caixa futuros. Estes acontecimentos são valorizados e úteis na tomada de decisão económica (CNC, s.d.).

As Demonstrações Financeiras são preparadas com o objetivo da entidade ter uma continuidade, continuando operacional num futuro próximo, garantindo que esta não pretende nem tem a intenção de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade (Rodrigues, 2020).

Se for esse o caso, as demonstrações financeiras deverão ter que ser preparadas de acordo com um regime diferente, sendo esse divulgado (CNC, s.d.).

As demonstrações financeiras podem ser uma vantagem em fornecer ao público informação relativa às tendências e desenvolvimentos da organização (Rodrigues, 2020).

Relativamente às características das Demonstrações Financeiras estas são designadas por:

- **Compreensibilidade**, em que as informações proporcionadas nas demonstrações financeiras devem ser entendidas e compreendidas pelos utentes. Estes devem ter conhecimentos acerca das atividades empresariais, económicas e da contabilidade. A informação acerca de matérias complexas não deve ser excluída com o propósito de que possa ser demasiado difícil para a compreensão de certos utentes. A informação deve ser o mais harmonizada possível (CNC, s.d.).
- **Relevância** que relata que, uma informação para ser útil, tem de ser relevante no processo de tomada de decisões. Tem qualidade na sua relevância quando influenciar os utentes no processo de tomada de decisão económica, auxiliando-os a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros. A informação deve ser imediatamente relatada, pois caso isso não aconteça, a sua relevância pode ser perdida (CNC, s.d.).

- Comparabilidade, que deve estar presente nas Demonstrações Financeiras, devendo estas ser comparadas (comparabilidade) ao longo do tempo a fim de se identificarem tendências na sua posição financeira e no seu desempenho. Tem também de efetuar a comparação de diferentes empresas de forma a avaliar a sua posição financeira, o seu desempenho e as suas alterações (CNC, s.d.).
- Fiabilidade, que engloba a informação que deve ser fiável, isenta de erros materiais, omissões e juízos prévios. É importante que através destes fatores, os utentes possam depender da representação desta informação fidedignamente (CNC, s.d.).

Existem alguns constrangimentos relativos à informação ser relevante e fiável ao nível da tempestividade, em que a informação deve ser fornecida de acordo com os prazos pré-estabelecidos, pois pode perder a sua relevância se houver demora (CNC, s.d.).

A avaliação dos benefícios e custos é considerado um processo de ajuizamento. No processo de obtenção da informação financeira, uma das suas limitações é o custo em obtê-la, sendo que os seus benefícios devem exceder o custo de proporcionar essa informação (Freitas, 2007).

Tendo em conta o balanceamento entre características qualitativas, é importante saber escolher as características qualitativas, tendo em conta a qualidade da informação financeira. É importante que haja um balanceamento cuidado entre características de maneira a atingir os objetivos das demonstrações financeiras (CNC, s.d.).

O último constrangimento é relativo à imagem verdadeira e apresentação apropriada das demonstrações financeiras. Estas são designadas por demonstrar verdadeiramente a imagem da posição financeira, desempenho e respetivas alterações. As aplicações de características qualitativas e de normas contabilísticas adequadas transmitem a verdadeira imagem apropriada das informações (CNC, s.d.).

Para além destas características qualitativas primárias, existem também as características qualitativas secundárias da materialidade e da relevância:

- A natureza e a materialidade fazem parte da relevância da informação. Esta é considerada material nos casos em que a sua omissão ou distorção influenciar as decisões económicas com base nas demonstrações financeiras (CNC, s.d.).
- A relevância e a materialidade estão interligadas devido ao facto das duas conseguirem influenciar diretamente as decisões dos usuários nas informações,

sendo que a relevância faz parte da qualidade da informação e a materialidade da dimensão da mesma.

A representação fidedigna, a substância sobre a forma, a neutralidade, a prudência e a plenitude fazem parte da fiabilidade:

- A Representação Fidedigna, para ser fiável, a informação deve ser representada fidedignamente através das transações.

Por exemplo, neste caso, a informação de um balanço deve representar fidedignamente as transações ou outro tipo de acontecimentos relacionados com ativos, passivos e capital próprio.

Muitas das informações podem não ser representadas fidedignamente devido à existência de alguma dificuldade na identificação das transações ou acontecimentos. Devem ser divulgados os riscos de erro no seu reconhecimento e mensuração.

- Na substância sobre a forma, a informação deve representar fidedignamente as transações e acontecimentos. Estes devem ser contabilizados e apresentados focando na sua substância e realidade económica e não apenas na sua forma legal ou idealizada (CNC, s.d.).
- A neutralidade faz com que as demonstrações financeiras sejam isentas de preconceitos, ou seja, neutras, não influenciando o processo de tomada de decisão.
- A prudência é considerada uma precaução nos casos de estimativa na incerteza, fazendo com que os ativos/rendimentos e os passivos/gastos não sejam subavaliados. Essa incerteza é reconhecida através da divulgação da natureza e extensão e aplicação de prudência na preparação das demonstrações financeiras.
- Na plenitude, uma demonstração financeira fiável está dentro dos limites de materialidade e custo. Contrariamente, omitindo, torna a informação falsa ou até mesmo não fiável e deficiente na sua relevância.

Segundo o Decreto-lei nº 98/2015, os cinco tipos de Demonstrações Financeiras são:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Demonstração de alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Anexo.

Dentro de um relato financeiro estão incluídos um balanço, uma demonstração de resultados, uma demonstração das alterações no capital próprio, uma demonstração de fluxos de caixa, bem como os Anexos e outras partes integrantes (Pires, 2009).

Os Anexos são importantes pois contêm todos os elementos de preparação das Demonstrações Financeiras e políticas exigidas pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Pires, 2009).

Podem também estar incluídos mapas suplementares e outros tipos de informação útil derivadas das demonstrações que sejam interpretadas juntamente com elas. As demonstrações financeiras não incluem relatórios, exposições, debate e análise, ou seja, elementos relacionados com os órgãos de gestão.

2.1.4.1 Balanço

O Balanço é uma demonstração financeira que determina a posição financeira de uma entidade num determinado período, através da comparação dos seus ativos, passivos e capital próprio (Pires, 2009).

Segundo Martins (2011, p. 34), “O Balanço é um quadro alfanumérico que contém informação reportada a determinada data, acerca dos recursos que a entidade utiliza e da forma como estão a ser financiados pelos titulares da entidade e por terceiros.”

O Ativo é o conjunto de bens e direitos de uma empresa/organização ou um recurso controlado pela empresa como resultado de acontecimentos passados com o objetivo em obter benefícios futuros. As contas do Ativo, quando aumentam debitam-se e quando diminuem creditam-se (Martins, 2011).

O Passivo é uma obrigação presente da organização baseada em acontecimentos passados, que quando for liquidada, vai causar um exfluxo de recursos que irão originar benefícios económicos futuros. As contas do Passivo quando aumentam creditam-se e quando diminuem debitam-se.

O Capital Próprio é correspondente ao valor líquido do Património de uma empresa. É a diferença entre tudo aquilo que a empresa possui e deve a terceiros. As contas do Capital Próprio quando aumentam creditam-se e quando diminuem debitam-se.

Tendo em conta as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro 1 (NCRF 1), as organizações devem representar os ativos correntes e não correntes, como também os passivos correntes, separando-os no processo de elaboração do balanço.

2.1.4.2 Demonstração de Resultados

Segundo o Decreto-Lei n.º (158/2009), a demonstração de resultados é um documento de avaliação do desempenho económico-financeiro de uma entidade. O seu objetivo é o de avaliar a rentabilidade operacional e líquida correspondente ao volume de negócios, e em simultâneo com o balanço, realizam uma avaliação dos capitais investidos e a rentabilidade dos capitais próprios.

O foco desta demonstração será a determinação da eficiência económica da entidade, através de um resumo financeiro dos resultados operacionais durante um determinado período de tempo, retratando os custos e os proveitos desse mesmo período (Gitman, 2010).

As pequenas, médias e grandes empresas, de qualquer natureza jurídica, seja sociedade, associação, cooperativa, fundação ou sindicato são obrigadas a manter a escrituração contabilística e respetiva elaboração da Demonstração de Resultados (Nelson & Economy, 2020).

O resultado da entidade no final do período resulta da junção entre rendimentos e gastos, apurando o resultado em cada período.

2.2 Análise Económico-Financeira

Antes de realizar qualquer análise financeira, existem alguns aspetos a considerar, o primeiro é relacionado com a finalidade da análise, qual a perspetiva do analista, na qualidade da informação financeira, na dimensão da entidade, na sua forma jurídica e em toda a informação extra contabilística (Bedin, 2012).

A análise económico-financeira de uma empresa refere-se a um conjunto de métodos e instrumentos que permitem diagnosticar a situação financeira de uma empresa ou estudar a sua estabilidade e capacidade de obtenção de lucro de um projeto ou negócio, sugerindo medidas corretivas e ajudando a prevenir casos de falência (Bedin, 2012).

A análise económico-financeira recolhe os dados de forma a fornecer informações válidas ao gestor financeiro (Bedin, 2012).

Esta análise centra-se nos seguintes fundamentos:

- Desenvolvimento Financeiro;

- Equilíbrio Financeiro;
- Rendibilidade;
- Risco;
- Valor gerado pelo desempenho de Gestão.

Após essa análise, a recolha de dados pretende obter respostas acerca da lucratividade da empresa, da forma como é obtida, da comparação dos anos anteriores, da análise da faturação e do tipo de investimentos aplicados.

Os dois grandes objetivos da análise financeira centram-se no estudo do equilíbrio financeiro, da liquidez e da solvabilidade, efetuando uma avaliação do equilíbrio da entidade a curto, médio e a longo prazo e da capacidade em liquidar as responsabilidades no tempo determinado.

O segundo objetivo é relacionado com o grau de rentabilidade e produtividade da entidade, em que a entidade é avaliada tendo em conta a sua eficiência, analisando se esta está a gerar resultados.

Os gestores, credores, trabalhadores, o Estado, os investidores e os clientes são as partes interessadas numa boa gestão empresarial para as quais o recurso à análise financeira é de extrema importância, sendo esta adaptada aos objetivos e interesses de cada um dos interessados (Sebastião, 2014).

O diagnóstico é indispensável na criação de medidas, fornecendo apoio aos gestores e acionistas no processo de tomada de decisão.

Informar numa perspetiva externa é importante na relação entre as informações e as necessidades dos destinatários exteriores da organização, tais como os investidores, financiadores, clientes, fornecedores, entre outros (Sebastião, 2014).

Numa perspetiva interna, informar, é importante na informação que é fornecida ao gestor no contributo para o processo de tomada de decisões. Esse tipo de informação e os instrumentos de análise económico-financeira utilizados pelo gestor são mais completos em termos de alcance e de informação mais fidedigna.

Apesar de poderem ser diferentes, as técnicas utilizadas baseiam-se no mesmo tipo ou no mesmo agrupamento de informações económico-financeiras: (Sebastião, 2014)

- Balanço;

- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Demonstração de Alteração de Capital Próprio;
- Relatórios de Gestão da Empresa;
- Certificação Legal de Contas;

É necessária a elaboração de demonstrações financeiras sucessivas na determinação da comparação dos períodos, sendo fundamental para os investidores que estas demonstrações apresentem devidamente todos os pontos verdadeiros e relevantes na elaboração da posição financeira da empresa.

Para isso, a organização necessita de meios financeiros adequados às suas necessidades, pois pode mais tarde poderá vir a dispor deles. A capacidade de produtividade da empresa refere-se ao facto de esta gerar valor ou rendimento, garantindo a sua sobrevivência a longo prazo.

O objetivo final da análise económico-financeira será a medição do desempenho da empresa no passado de forma a prever a possível evolução económico-financeira no futuro.

2.2.1 Função Financeira

As empresas estão organizadas de acordo com diversas funções, como a função a par da produção, comercial, de recursos humanos e financeira, representadas sob a forma de um organograma, tendo em conta os recursos que gerem.

A função financeira gere os recursos financeiros e segundo Fernandes et al. (2019, p.23), “pode ser definida como o conjunto de pessoas e serviços que, dentro de uma organização, assumem a sua gestão financeira, preparando e executando as decisões financeiras.”

Na obtenção e aplicação dos recursos financeiros, são várias as responsabilidades incluídas nesta função, tais como, a gestão dos fluxos financeiros e inventariação dos recursos financeiros adequados às necessidades operacionais da empresa, a implementação das decisões financeiras e o modo de obtenção desses recursos, a análise dos riscos e da rentabilidade da entidade e conseqüentemente monitorização do equilíbrio financeiro da organização.

O processo de preparação, tomada, execução e controlo das decisões financeiras das entidades faz parte da definição de função financeira que acaba por incluir as definições de análise financeira e da gestão financeira.

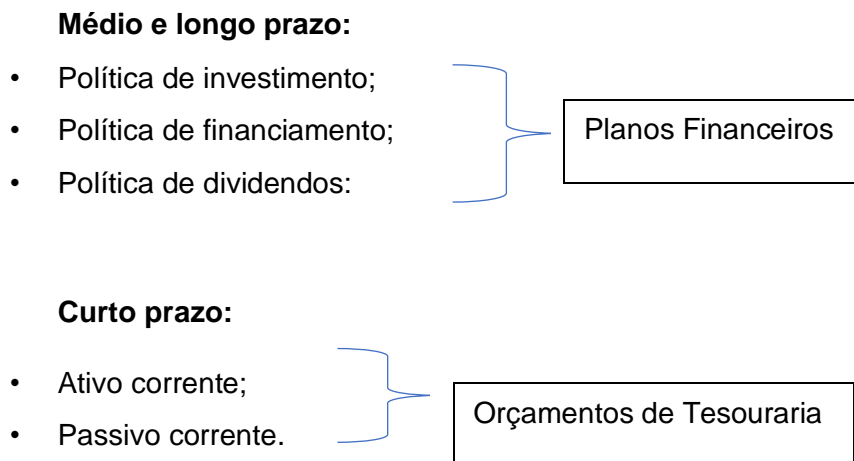
2.2.2 Gestão Financeira

A gestão financeira é definida como o conjunto de atividades e decisões relacionadas com a determinação dos objetivos da organização. É considerado um instrumento de ajustamento que consiste na gestão e regulação dos fluxos financeiros derivados da atividade operacional da empresa.

Esta deve assegurar a obtenção de meios de financiamento, maximizar a rentabilidade da empresa, ou seja, alcançar o equilíbrio entre esta e a liquidez (capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros) (Fernandes et al., (2019).

É de considerar que, a gestão financeira gere todo o tipo de tarefas relacionadas com a função financeira, dedica-se às entradas e saídas de recursos monetários resultantes da atividade operacional da empresa, obter rentabilidade através dos recursos disponíveis e procura a estabilidade e continuidade da empresa (Fernandes et al., (2019).

A classificação das decisões financeiras é realizada tendo em conta a temporalidade:



Os objetivos de médio e longo prazo, e, de curto prazo, da Gestão Financeira, são a garantia de uma gestão eficaz da tesouraria, estabelecer o planeamento e decisões de investimento, eleger as fontes de financiamento, reconhecimento das depreciações acumuladas e das amortizações, analisar as perdas por imparidade, a criação de provisões, manter a integridade do capital, assegurar a rentabilidade através do investimento e controlar todas as origens de aplicações de fundos.

2.2.3 Técnicas e Instrumentos de Análise

A análise dos indicadores económico-financeiros ou rácios, é a técnica mais utilizada no processo de análise financeira de uma organização. Este método faz com que exista a possibilidade de resumir uma grande quantidade de informação, estabelecendo relações entre contas do balanço, da demonstração de resultados, da demonstração dos fluxos de caixa e de outros documentos contabilísticos. São frequentemente utilizados os rácios, indicadores, índices e os coeficientes (Forte, 2020).

Os rácios são um instrumento de apoio utilizado para sintetizar toda a quantidade de informação, estabelecendo comparações do desempenho económico da empresa ao longo do tempo.

Estabelecem relações entre a sua atividade e o seu rendimento, sendo que, permitem analisar a evolução e o desempenho financeiro da organização, sendo considerados uma base da análise financeira que em situações de empresas em falência, é considerada uma mais-valia, na recuperação da sua situação económica (Domingues, 2014).

A informação de suporte ao cálculo dos rácios é extraída das suas demonstrações financeiras, nomeadamente dos balanços, das demonstrações de resultados e das demonstrações de fluxo de caixa, existindo também outro tipo de dados externos tais como macroeconómicos, cotações, taxas e outros dados relevantes da concorrência que também podem ser considerados (Encarnação, 2009).

As principais vantagens dos rácios podem ser resumidas na interligação entre a liquidez, a estrutura financeira e a rentabilidade que estão presentes na elaboração do diagnóstico financeiro da empresa.

Outra vantagem é o retiro de conclusões com base em dados válidos e quantificados, em utilizar uma grande quantidade de informação de forma sintética, simples e objetiva, na análise de uma amostra de dados de várias empresas num determinado momento ou de apenas uma entidade em vários períodos de tempo. Por último, em determinar a posição financeira atual da empresa, através da sua rentabilidade, solvabilidade, liquidez e equilíbrio financeiro (Nogueira, 2018).

Quanto às principais desvantagens, podemos referir que:

- Em determinadas situações específicas, os relatórios financeiros podem não ser considerados a melhor forma de análise de dados;

- Estão incluídos os erros ou incorreções refletidos nos Balanços, nas Demonstrações de resultados e nos Anexos,

- Existe a possibilidade dos resultados dos rácios serem enviesados, caso as conclusões destes mesmos serem direcionados para um segmento principal e não para a atividade global da empresa, tendo em conta que esta desenvolve atividade em vários segmentos de negócio;

- Possibilidade de eventuais distorções do nível dos rácios causadas pelas diferentes políticas de provisões e de amortizações de cada empresa;

- Os rácios financeiros são um instrumento de análise que apenas tratam de dados quantitativos;

- Elevada subjetividade da análise conduzida pela inexistência de valores de referência universais;

- Apesar da existência de uma política de transferência de preços entre empresas no seio do grupo económico, por motivos de otimização fiscal, os preços podem não corresponder aos custos estabelecidos através da Contabilidade Analítica, fazendo com que exista uma diferença significativa entre resultados, em que, numa empresa os resultados são superiores e nas restantes inferiores, aos que se verificariam se o critério fosse apenas focado nos preços de mercado (Encarnação, 2009).

A análise financeira através de rácios, apenas é possível, se existir comparabilidade com determinadas fontes de informação, tais como as centrais de balanços (*Dun&Bradstreet*³, *Banco Português do Atlântico* e *Banco de Portugal*), bem como também associações de indústria e comércio e relatórios de contas de empresas concorrentes.

A construção de rácios depende dos objetivos de análise de cada empresa, focando-se no tipo de fenómenos que pretende medir e nas fontes de informação que pretende adquirir. Apenas alguns conjuntos de informações financeiras serão úteis e servirão de apoio às tomadas de decisão.

Um rácio, como referido anteriormente, pode comparar qualquer tipo de informação, mas para que haja um maior aproveitamento da sua análise, é necessário que o analista a compreenda devidamente (Jorge, 2010).

³Companhia de informação que partilha informação de empresas de todo o mundo. Inclui o seu historial de negócios e outro tipo de informações operacionais importantes.

Os casos mais frequentes em que os rácios têm sido utilizados são a previsão do fracasso, a avaliação do crédito e avaliação de risco.

2.2.4 Análise dos Indicadores

Os rácios analisados são divididos em Indicadores Financeiros, de Atividade e Rendibilidade.

Estes rácios, apesar de considerados dos mais relevantes, estão incluídos nas bases de decisão de investimento, de autorização de crédito e de comparabilidade entre empresas pertencentes ao mesmo setor, nacional e internacionalmente.

Os utilizadores das demonstrações financeiras utilizam-nos para cumprir os seus objetivos, assumindo obrigações, tomando decisões de gestão e projetando resultados futuros.

Visto que, existe uma grande quantidade de variáveis nas Demonstrações Financeiras, podemos encontrar uma variada lista de rácios. Estes são comparados com rácios de concorrentes e outros, sendo que, a tendência também é um fator a considerar.

A utilização dos rácios vai depender dos objetivos de análise da organização:

- Natureza dos fenómenos (financeira; económica; económico-financeira e técnica);
- Fontes de informação (Jorge, 2010).

Os rácios podem classificar-se em Indicadores Financeiros onde se inclui a Autonomia Financeira, o Endividamento, a Solvabilidade e a Liquidez, em Rácios de Atividade que englobam a Rotação do Ativo o Prazo Médio de Recebimento (PMR) e Pagamento (PMP) e em Rácios de Rendibilidade, dividindo-se em Rendibilidade Operacional das Vendas (ROV), Rendibilidade Líquida das Vendas (RLV), Rendibilidade do Ativo (ROA) e Rendibilidade do Capital Próprio (RCP).

Os últimos rácios são os técnicos acerca da produtividade do trabalho e os rácios de mercado referentes ao “*Payout Share*”, “*Price to Earnings Ratio*” e o “*Price Book Value*” (Costa, 2017).

2.2.4.1 Indicadores Financeiros

Relativamente aos Indicadores Financeiros, estes são utilizados na caracterização da estrutura financeira definida pela organização, evidenciam a importância das fontes de financiamento e a maneira como são aplicados os recursos e avalia o risco de insolvência a longo prazo (Costa, 2017).

Estes rácios aprofundam os temas da estrutura financeira, a capacidade de endividamento, a solvabilidade e a liquidez.

A Autonomia Financeira pertence aos rácios de estrutura financeira, refletindo a solidez financeira, fornecendo informação acerca dos ativos financiados pelo capital próprio da empresa, sem recorrer a financiamentos externos (acionistas e credores), ou seja, compreender até que ponto a organização recorre ao financiamento interno.

É um indicador que traduz a percentagem do ativo financiado pelo capital próprio da entidade (Nogueira, 2018).

Segundo Sebastião (2014, p. 14), “este indicador é um fator relevante na análise e na contratação de operações de financiamento e é um elemento importante na avaliação do risco financeiro e global da empresa”.

Segundo Sebastião (2014), este indicador funciona como um complemento do endividamento, tendo em conta que quanto maior o seu valor, menor será o risco de insolvência a longo prazo.

Varia entre 0 e 1, sendo que o capital próprio se for negativo, os valores serão inferiores a 0.

Nos casos de liquidação, quanto maior for o resultado, maior é a probabilidade dos ativos conseguirem cobrir com a totalidade das obrigações da organização (Nogueira, 2018).

Quanto menor for o valor, mais capitais alheios vão ser necessitados no financiamento dos ativos (Costa, 2017).

Relativamente ao Endividamento, nas empresas em regime de falência, é importante averiguar, qual o nível de financiamento que estas necessitam recorrendo ao financiamento externo, sendo que o grau de endividamento pode variar entre 0 e 1.

Este indicador pretende dar-nos a conhecer o montante da dívida que uma empresa apresenta, relacionando-a com outro tipo de grandezas financeiras como os ativos, os benefícios, entre outros.

Segundo Junior (2012, p. 13), “Quanto maior o nível de outros benefícios fiscais para além dos proporcionados pela dívida, menor o nível de endividamento registado pela empresa”.

Com este rácio, consegue-se prever riscos financeiros e dificuldades no pagamento de juros ou outro tipo de taxas.

Porém, quanto maior for a incerteza dos resultados operacionais da empresa, maior é o seu risco. Quanto maior o nível de endividamento da empresa, maior o seu risco, sendo que, os acionistas pretendem uma taxa de retorno superior se os níveis da dívida forem mais baixos.

O Rácio de Estrutura de Endividamento avalia se o endividamento da entidade é de curto, médio ou longo prazo. Quanto maior for o passivo não corrente, maior será o equilíbrio financeiro da empresa. Se o endividamento for de curto prazo, a tesouraria irá apresentar mais problemas acrescidos do que a longo prazo (Fernandes et al., 2018).

O Rácio de Solvabilidade reflete a capacidade da empresa, através do capital próprio, para determinar a resolução das obrigações relativas ao passivo (endividamento), sendo considerada uma perspectiva de médio-longo prazo (Fernandes et al., 2018).

Quanto maior for o resultado deste rácio, maior será a estabilidade financeira da empresa.

Pelo contrário, quanto menor for o valor da solvabilidade, maior será a vulnerabilidade da entidade.

O Rácio de Liquidez mede a capacidade de um ativo para ser transformado em numerário (rapidamente e com reduzida perda de valor) de forma a poder ser utilizado como meio de troca em transações. As notas e moedas constituem o ativo com maior liquidez pois podem ser utilizados diretamente como meio de troca. Os depósitos à ordem são também ativos de elevada liquidez pois, ao serem mobilizáveis por cheque e através de cartão de débito, podem ser utilizados diretamente, e quase sempre, como meio de pagamento (Nogueira, 2018).

As informações deste rácio fazem parte da análise do equilíbrio financeiro e da análise do risco das entidades.

Portanto, quanto mais elevado for o resultado, maior será a facilidade com que se resolvem os compromissos da entidade exigíveis num curto período de tempo (Nogueira, 2018).

Este rácio divide-se em três rácios, liquidez geral (LG), liquidez reduzida (LR) e liquidez imediata (LI).

2.2.4.2 Indicadores de Atividade

Os Rácios de Atividade ou Funcionamento destinam-se a analisar e medir a gestão eficaz dos recursos adquiridos para a atividade de uma entidade, ajudando a avaliar a

performance da empresa. São considerados indicadores de eficiência na gestão dos ativos, são importantes na comparação entre entidades pertencentes ao mesmo setor.

Nesta análise estão presentes os rácios de rotação do ativo e o prazo médio de recebimento (Lochard, 2003).

A Rotação do Ativo é um rácio utilizado na medição do grau de eficiência com que a entidade utiliza os seus ativos. Este é calculado através da divisão do volume de vendas num determinado período de tempo pelo valor total dos ativos. É uma forma de verificar o número de vendas que o ativo é convertido em vendas, sendo que quanto maior for o valor deste rácio, maior será a eficiência com que a empresa irá gerar as vendas.

O Prazo Médio de Recebimento é um indicador que mede o grau de eficiência com que a entidade gere a sua política de crédito a clientes, a rapidez com que as dívidas são liquidadas.

Este quando é demasiado elevado é considerado uma grande desvantagem para a empresa, provocando problemas de tesouraria e um fraco poder negocial da empresa.

2.2.4.3 Indicadores de Rendibilidade

Os Rácios de Rendibilidade pretendem avaliar a capacidade da empresa gerar rendimentos, efetuando uma comparação do lucro gerado num determinado período de tempo com dados relacionados com a dimensão da empresa.

Segundo Silva (2011), os Rácios de Rendibilidade têm como objetivo determinar a eficiência com que a empresa utiliza os seus ativos. Estes salientam aspetos da situação económica e relacionam resultados com a atividade que os gera, ou resultados com os capitais investidos e que tornaram possível a atividade.

A Rendibilidade Operacional das Vendas engloba um conjunto de indicadores com o objetivo de analisar a relação entre o volume de negócios, o resultado operacional, o EBITDA e o EBIT. Este rácio avalia o retorno relativamente ao resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) obtido do volume de negócios concretizado no período (Fernandes et al., 2018).

Tem como finalidade avaliar a eficácia global da gestão da empresa em gerar vendas e controlar as despesas e obrigações.

Quanto maior for o indicador mais vantajosa será a entidade. Se o indicador for <1 , significa que a estrutura de gastos operacionais (política de preços) não é rentável para a empresa.

O Rácio da Rendibilidade Operacional das Vendas e serviços prestados reflete o ponto das vendas e prestações de serviços, formando o EBITDA.

O EBITDA *Earnings before interest, taxes and amortization* (lucros antes de encargos financeiros, impostos e depreciações, também designado por *cash-flow* operacional), é considerado um indicador económico-financeiro que procura avaliar a capacidade da empresa em autofinanciar novos investimentos e fazer face aos encargos com a dívida, através da sua atividade operacional (Fernandes et al., 2018).

A Rendibilidade Líquida das Vendas é um indicador económico que mede a capacidade de retorno em termos de resultado líquido das vendas, ou seja, analisa a capacidade da empresa em gerar resultados a partir do seu volume de negócios (ganho obtido em termos líquidos) (Fernandes et al., 2018).

Este indicador pode ser calculado antes ou depois de deduzidos todos os gastos financeiros e fiscais da entidade.

Na medida de avaliação das vendas da empresa, aspetos como a construção e análise deste indicador, são fundamentais na visão global que contribui para os resultados da entidade.

As limitações a ter em conta deste indicador, estão nomeadamente no tipo de atividade da entidade, nos mercados onde atua, na política de rotação de stocks, nos custos de produção, nas margens utilizadas e na política de preços adotada.

A Rendibilidade Operacional do Ativo (*ROA-“Return on Assets”*), é um indicador económico que mede a capacidade dos ativos da empresa em gerar retorno financeiro sendo, portanto, um bom indicador para medir a qualidade da gestão. O cálculo do ROA é realizado pela divisão dos resultados líquidos pelo valor líquido dos ativos da empresa. Um resultado elevado significa que os ativos da entidade possuem uma elevada capacidade para gerar retorno financeiro (Costa, 2017).

Este é o melhor rácio para comparações entre empresas pertencentes à mesma atividade com diferentes situações fiscais (Costa, 2017).

Tendo em conta a Rendibilidade do Capital Próprio, segundo Gomes e Portugal (2015, p. 67), “É um indicador económico que mede a capacidade dos capitais próprios da empresa em gerar retorno financeiro. Assumindo que os capitais próprios da empresa representam a sua situação patrimonial líquida, isto é, o seu valor contabilístico, pode-se considerar a rendibilidade do capital próprio como sendo a rendibilidade da empresa.”

Tendo em conta a política de financiamento de cada empresa, este rácio é uma vantagem para os acionistas e investidores, permitindo ao acionista verificar se a rentabilidade do capital próprio está admissível comparativamente às taxas de rentabilidade do mercado de capitais e ao custo de financiamento (Correia, 2014).

2.3 Gestão Estratégica

2.3.1 Análise do Ambiente Externo

As organizações são afetadas por fatores externos que interferem no seu funcionamento e desempenho, sendo que, para sobreviver necessitam de recursos humanos, recursos financeiros (*inputs*) e de produtos ou serviços (*outputs*).

Um dos principais objetivos ao nível da estratégia de qualquer tipo de entidade, é o de como alcançar um equilíbrio financeiro, a longo prazo, tendo em conta as competências e exigências da entidade. Este equilíbrio apenas é alcançado através de análises contínuas do ambiente envolvente, para avaliação da posição competitiva da entidade face às empresas concorrentes.

Este equilíbrio faz com que a entidade aproveite as oportunidades e vantagens que surgem e elimine as desvantagens internas ou ameaças relacionadas com o ambiente competitivo.

2.3.2 Modelo das 5 Forças de Porter

Este é um modelo extremamente importante na análise do ambiente externo de uma empresa pois inclui as cinco forças competitivas externas para que se possa desenvolver uma estratégia empresarial eficiente (Helms & Nixon, 2010).

As cinco forças de Porter compreendem a rivalidade entre os concorrentes, sendo um dos aspetos em que os concorrentes são demasiado forçados na aquisição dos clientes, fazendo com que as suas margens sejam elevadíssimas.

Esta rivalidade é determinada pelo número de concorrentes e repartição de quotas de mercado, pelas quotas de mercado e pelo grau de diversidade de produtos e neste caso de serviços (Helms & Nixon, 2010).

O poder negocial dos compradores é considerado a segunda força, tendo em conta que os clientes desejam produtos/serviços de qualidade por um menor preço, daí a importância da análise do comportamento do cliente e da sua dimensão.

O poder negocial dos fornecedores é caracterizado pelo número de fornecedores, pela sua dimensão, pela possibilidade de substituição tendo em conta que estes podem praticar preços demasiado elevados, é importante trabalhar com vários fornecedores de serviços e não com apenas um único que pode elevar os preços em relação à concorrência e levar a empresa à falência como é o caso (Ferrel & Hartline, 2009).

Por último, a ameaça de produtos/serviços substitutos, que desempenhem funções equivalentes, pode prejudicar as empresas na limitação de lucros e reduzir as fontes de rendimento. Por isso é importante existir uma relação preço/qualidade no serviço formando um nível de diferenciação (Ferrel & Hartline, 2009).

2.3.3 Análise Interna e Análise SWOT

A análise da organização interna deve-se focar nas áreas de maior competência e que precisam de ser desenvolvidas para competir no mercado, mas para isso é necessário identificar e explorar os pontos fortes e fracos, de maneira que a organização consiga minimizar os pontos fracos.

Na elaboração da análise interna, a definição clara da visão/missão e respetivos valores da organização, o reconhecimento de vantagens competitivas e a análise de cada uma das atividades, acaba por otimizar o desempenho de todas áreas (Keller & Kotler, 2012).

A Matriz SWOT é considerada a “principal ferramenta do plano estratégico”, servindo para verificar a situação e a posição estratégica da empresa.

Esta consiste num quadro de referência, sendo considerada uma ferramenta útil na análise do ambiente da organização, com base na gestão e no planeamento estratégico, conseguindo obter uma visão clara de quais as forças e fraquezas que dizem respeito ao ambiente interno e oportunidades e ameaças no ambiente externo (Keller & Kotler, 2012).

Desse modo, as empresas consoante as análises apresentadas, elaboram estratégias de forma a obter o melhor desempenho organizacional possível, sendo que na análise interna são identificadas as forças e fraquezas relacionadas com pontos específicos da entidade (recursos financeiros, recursos humanos, know-how), que colocam a organização em vantagem perante a concorrência (Keller & Kotler, 2012).

As fraquezas já estão relacionadas com o que poderá colocar a empresa em desvantagem tendo em conta a concorrência e as oportunidades e ameaças pertencem

ao âmbito da análise externa da empresa, derivando de alterações de comportamentos do consumidor ou alterações na política e no mercado (Wright et al, 2000).

3. DIAGNÓSTICO DA EMPRESA E PROBLEMÁTICA ORGANIZACIONAL

3.1 Introdução

O diagnóstico da situação financeira da empresa pode resultar de uma necessidade interna ou externa.

Neste contexto, o tema da análise financeira e do controlo de gestão assume uma grande importância neste relatório na forma como é aplicado na empresa Crespo-TirLda, tendo em conta a criação de uma nova estratégia empresarial conforme os objetivos pretendidos de forma a rentabilizar os recursos e melhorar o seu quadro financeiro.

A análise dos indicadores económico-financeiros é realizada, sendo considerada das melhores formas na construção do desempenho e do diagnóstico empresarial, de forma a obter não só os resultados finais do desempenho da entidade como as causas que determinaram as atuais variações ocorridas.

Foi realizada a Análise SWOT, que se foca na importância que os resultados financeiros, a satisfação dos colaboradores, o desempenho da prestação de serviços (produtividade interna) tem no diagnóstico empresarial desta entidade, através de uma análise do ambiente interno e externo, envolvendo análises de mercado e dos concorrentes.

Esta análise depende da estrutura e do ramo de negócio da entidade, que pretende demonstrar através da análise dos dados recolhidos, a identificação de problemas e prevenção de possíveis de riscos e a determinação de alguns aspetos negativos que devem ser melhorados nesta empresa.

3.1.1 Apresentação da Empresa

A empresa Crespo-Tir, Lda está localizada na rua dos Transitários, nº182, sala BN, 4455569, Perafita.

O grupo Crespo-Tir existe há cerca de 40 anos e foi constituído por três sociedades distintas, Crespotir – Transitários Lda, Crespotir – Transporte de Mercadorias Lda e Manuel Crespo – Despachantes Oficiais Lda. A existência das três deve-se a imperativos legais porque:

- Crespotir – Transitários Lda, é uma sociedade profissional regulada pelo decreto-lei nº. 43/83 de 25/01, específico para a atividade dos Transitários, licenciado

pelo Ministério do Equipamento Social, Direção Geral dos Transportes Terrestres e inscrita na APAT (Associação Portuguesa dos Agentes Transitários);

- Crespotir – Transporte de Mercadorias Lda é também regulada por um dispositivo legal específico e a sua atividade depende da Direção Geral dos Transportes Terrestres, tendo como associação a ANTRAM (Associação Nacional de Transportes Rodoviários Terrestres). Foi vendida no ano de 2017;
- Manuel Crespo – Despachantes Oficiais Lda é igualmente regulada por um dispositivo legal específico para a atividade de Despachantes Oficiais que está interligada com a reforma aduaneira, tendo como reguladora de classe a CDO (Câmara dos Despachantes Oficiais). Foi a empresa que iniciou a atividade e já não existe.

A organização do Grupo Crespo-Tir, apesar de inicialmente ser constituída por três empresas com contabilidades distintas e pessoal pertencente a cada uma delas, fundamentaram-se no princípio das empresas “Forwardings”, ou seja, as três empresas, apesar de independentes, trabalhavam direcionando os seus serviços umas para as outras, cooperando entre si, agilizando assim todos os processos de trabalho umas das outras de forma a apresentarem um trabalho eficiente, rápido, eficaz, tendo como objetivo manter sempre uma imagem de qualidade e transparência.

Os departamentos são os seguintes:

- a) Departamento aduaneiro, trata de toda a documentação legal para apresentar às alfândegas, destinada à importação e exportação de mercadorias;
- b) Departamento Transitário, que trata de todos os documentos legais e contratuais para a circulação de mercadorias;
- c) Departamento de transportes, que trata de toda a programação e feitura dos transportes nacionais e internacionais das mercadorias.

Estes departamentos encontravam-se subdivididos em importação e exportação, estando ao seu serviço outros como o Departamento Comercial, Departamento de Contabilidade, Departamento de Recursos Humanos, Departamento de Armazenagem e Transportes e Departamento Jurídico.

3.1.2 Especialidades da Empresa Crespo-Tir-Transitários, Lda

A empresa Crespotir Transitários, Lda trabalha em colaboração e coordenação com diversas empresas oferecendo diferentes serviços que permitem planear, executar e

chegar as mercadorias ao destino atempadamente, apresentado sempre soluções em função das necessidades dos clientes, tipo de mercadoria, tempo e custo do serviço.

As funções da empresa são:

1. Servir como um mediador ou intermediário entre o exportador e o importador e as empresas de transporte e logística por terra, mar, ar ou multimodal;
2. Organizar a ligação entre operadoras diferentes e assegura a continuidade e transporte de mercadorias através de vários meios de transporte;
3. Ser responsável pelas operações administrativas relacionadas com o transporte internacional e os procedimentos aduaneiros, gestão financeira, créditos documentários, contratos de seguro e de representação fiscal;
4. Assegurar que todo o tipo de cargas possam chegar ao destino em perfeitas condições, resolvendo e mediando todos os assuntos e problemas que possam surgir.
6. Tratar de desalfandegar das mercadorias retidas pelas entidades responsáveis de cada país;
7. Na divisão marítima, operar, oferecendo um serviço flexível para as ilhas dos Açores e da Madeira, valorizando as características de cada carga tendo sempre em conta a relação tempo, qualidade, preço e segurança. A mercadoria é transportada em contentores LTL (*Less than Truckload*) (grupagem de várias cargas) ou FCL (*Full Container Load*) (contentores completos).
8. Trabalhar com agentes de carga aérea e conseqüentemente com as companhias aéreas no envio de mercadorias por avião, tendo sempre em conta a especificidade de cada carga e a sua chegada ao local, na data previamente programada, conseguindo sempre os preços melhores e mais competitivos.
9. Colaborar em parceria com um agente alemão, sediado em diversos países da Europa, com uma rede integrada de serviços rodoviários, transportando cargas completas ou de grupagem (fracionadas) desde o cliente inicial até ao cliente final. Tem de considerar sempre o fator transporte, tempo, qualidade e manuseamento da mercadoria no preço final.
10. A armazenagem, uma das suas mais valias entre outras como a paletização, etiquetagem, "Pickand Pack" (receção, conferência, separação, etiquetagem, embalagem e controlo de encomendas) e distribuição das mercadorias.

Isto permite oferecer vários serviços aos clientes. Os clientes têm acesso a um conjunto de serviços disponibilizados pelo mesmo fornecedor. Convém referir que o armazém está equipado para vários tipos de mercadoria, como as roupas penduradas e seu manuseamento.

3.1.3 Problemática Organizacional

A empresa Crespo-Tir, Lda sendo uma empresa transitória com apenas um parceiro de negócios ao longo de 40 anos, focou-se apenas no excelente trabalho desenvolvido por essa empresa, esquecendo-se de aumentar o seu número de agentes.

Houve sempre uma forte ligação ao ramo têxtil das confeções de vestuário e do seu transporte dentro da Europa. Os clientes viam vantagens em confiar as suas mercadorias à empresa CrespoTir,Lda, porque esta integrava e apoiava o crescimento dos negócios deles através dos recursos que possuía e lhes apresentava (recolha e entrega, armazenamento, manuseamento e transporte, documentação e controlo de qualidade).

Apresentou sempre soluções rapidamente aos problemas que iam surgindo.

O aparecimento da pandemia, altura tão complicada e difícil de ultrapassar com escritórios fechados, serviços parados, trabalhadores em casa e os clientes a produzirem muito pouco com receio do futuro fez com que o agente de negócios da empresa alemã deixasse de ser parceiro da Crespo-Tir, Lda, por ter arranjado preços bastante inferiores com um concorrente.

Tendo em conta esta situação, a empresa Crespo-Tir, Lda tem vindo a enfrentar graves dificuldades financeiras. A expectativa é que a qualidade de serviços do novo parceiro em Portugal não seja tão forte como a da Crespo-Tir em termos de qualidade, o que poderá levar o agente a arrepender-se e voltar a trabalhar com a empresa.

Este agente trabalha com clientes de luxo que não permitem falhas de qualquer tipo e, neste tipo de serviço, se não se trabalhar com os parceiros certos, podem surgir problemas como atrasos que levam a incumprimentos de *timings* acordados nas entregas das mercadorias ou roubos das mercadorias durante o trajeto ou mau manuseamento das mercadorias que possam danificar as mesmas.

Estes são problemas que farão o agente da Crespotir perder clientes de nome internacional com prejuízos incontornáveis. Tal nunca aconteceu durante a parceria que tiveram durante tantas décadas.

Deixando de existir esse agente, a empresa Crespo-Tir, Lda, poderá vir a ter graves problemas. Nesta perspetiva, como a empresa não tem dívidas a bancos nem ao Estado, vai se manter em funcionamento durante alguns meses na expectativa de voltar a cooperar com o seu agente.

4. METODOLOGIA, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E CONTRIBUTOS PARA A ORGANIZAÇÃO

4.1 Metodologia, Cronologia e Duração do Estágio

A análise económico-financeira foi realizada com base num Balancete Geral Acumulado e numa Análise SWOT.

Foi considerado fundamental analisar esse Balancete de forma a comparar o desempenho financeiro da empresa de ano após ano, relacionado os valores com a determinada altura correspondente ao seu posicionamento financeiro.

Este estudo foi realizado durante o período de estágio curricular, que decorreu entre 17 de setembro e 27 de novembro de 2020. O seguinte cronograma (Tabela 3) demonstra tudo pormenorizando as diferentes fases referentes à entrega, realização do estágio profissional e entrega final do relatório.

Tabela 1 - Cronograma para Elaboração do Relatório Final de Estágio

	05.	06.	07.	08.	09.	10.	11.	12.	01.	02.
Pré-Projeto do Estágio Profissional										
Relatório Final do Projeto de Estágio Profissional										
Estágio Profissional										
Relatório de Estágio Profissional										
Introdução										
Diagnóstico da Empresa										
Enquadramento Técnico e Científico										
Metodologias, Atividades Desenvolvidas e Contributos para a										

Empresa										
Reflexão e Autoavaliação										
Conclusão										

Fonte: Elaboração Própria.

4.1.2 Atividades Operacionais Desenvolvidas

As atividades operacionais ou também designadas por atividades correntes, são aquelas que ocorrem numa base diária, semanal e/ou mensal, estão relacionadas com o desenvolvimento normal da atividade da empresa e do seu respetivo negócio (Gomes & Portugal, 2015).

No decurso do estágio desenvolvi as seguintes atividades operacionais, sempre com supervisão, de forma a aprender a desenvolver as tarefas com maior rapidez e eficiência:

- Receção de e-mails ou faturas de fornecedores, fundamentais na manutenção no relacionamento com o cliente, fornecedor, Contabilista Certificado, entre outros, contendo todo o registo e comprovação de informação presente.

Por exemplo, rececionamos um email do IAPMEI, que trata da certificação obrigatória das empresas, que imediatamente reencaminhamos para o Contabilista Certificado com a informação relativa ao número de trabalhadores, género, horas trabalhadas e faturação. Esta consiste na certificação das empresas, ou seja, atribuir estatuto como micro, pequenas e médias empresas, passível de visualização on-line por parte de qualquer entidade para efeitos de procedimentos administrativos. Esta visualização é suficiente e funciona como prova.

Na empresa Crespo-Tir, Lda, na resposta aos e-mails, tratavam questões como recebimentos de faturas de fornecedores, de extratos bancários, pedidos de regularização de faturas a clientes e envios de faturas seguindo os originais pelo correio.

- Análise de Extratos Bancários, sendo que é muito importante saber interpretar um extrato bancário pois este documento contém todos os movimentos e informações de uma determinada conta bancária relativamente à atividade desenvolvida pela empresa.

- Conciliação Bancária entre o extrato enviado mensalmente pelo banco e o extrato contabilístico do programa SAGE da empresa, era efetuado mensalmente. Este procedimento é de maior importância para detetar erros contabilísticos.

No extrato devem estar presentes as datas de início e final do período a que se refere o mesmo, as datas-valor dos movimentos, os valores correspondentes aos movimentos, a descrição de cada movimento, montante e natureza (crédito/débito), a denominação da moeda, o saldo contabilístico e saldo disponível no final do período.

A Conciliação Bancária que tem como objetivo conferir todos os movimentos contabilísticos dos bancos com os extratos bancários, é realizada mensalmente, e trata-se de uma comparação. No caso desta empresa confronta o extrato da conta 123 (Banco) e o extrato da entidade bancária.

É importante controlar a informação dos Extratos. Este controlo permite por exemplo verificar as contas a pagar e receber e identificar as incorreções. Como procedimentos adicionais, devem ser conferidos os saldos iniciais e finais, as datas dos lançamentos se coincidem com as de recebimento e pagamento e aferir a existência de juros.

Nos extratos, todos os movimentos enviados no extrato da entidade bancária foram devidamente registados no programa de contabilidade da empresa (SAGE), estando perfeitamente em sintonia após a sua verificação, o saldo inicial e final são iguais.

Se no extrato bancário aparecesse um valor que estivesse em falta ou lançado erradamente na conta 123 (BCP) do extrato contabilístico, não existiria conciliação total entre os dois extratos, por isso, cada movimento era verificado pormenorizadamente para que não houvesse qualquer incorreção ou falta.

- Verificação diária, no banco online de recebimentos de clientes e pagamentos de fornecedores. Depois desta verificação, eram efetuados os movimentos diários contabilísticos.

Estes lançamentos eram efetuados todos os dias. Este procedimento é importante para manter a contabilidade sempre atualizada, sendo que as entradas são os recebimentos de clientes e os débitos são os pagamentos a fornecedores.

- Arquivo, classificação e registo de documentação contabilística em pastas. Esta é considerada uma obrigação diária desta organização.

As pastas de documentação na empresa Crespo-tir, Lda, são devidamente organizadas e identificadas para um fácil acesso aos documentos. Em termos de arquivo de documentação em pastas existem as seguintes pastas:

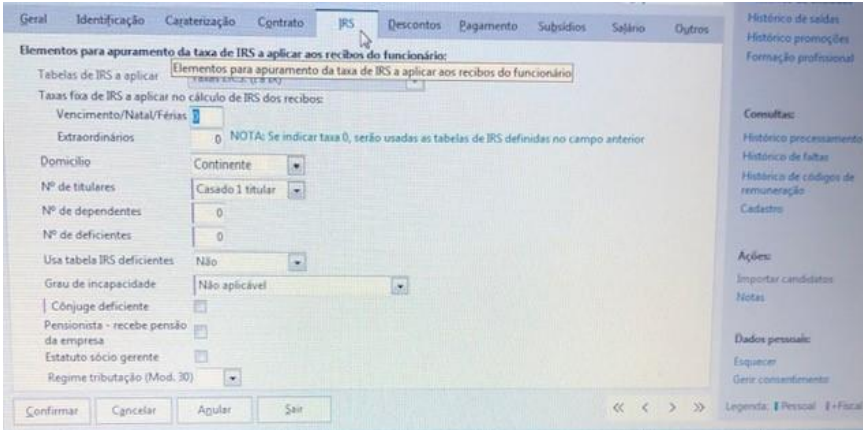
- Pastas de Organização Geral:
 - i A pasta de arquivo de correio;
 - ii A pasta de contratos de pessoal;
- Pastas de Documentos Contabilísticos:
 - i A pasta de declaração mensal de remunerações (DMR);
 - ii A pasta de bancos (extratos mensais);
 - iii A pasta de documentos da empresa que inclui a certidão permanente, a certidão comercial da empresa, o alvará (licença), os balanços e demonstrações de resultados anuais;
- Pastas de Classificação e Registo:
 - i A pasta de caixa e bancos;
 - ii A pasta de faturas de fornecedores;
 - iii A pasta de faturas de clientes;
 - iv A pasta de vencimentos mensais;
 - v A pasta do IVA com as respetivas declarações;
 - vi A pasta relativa ao envio dos ficheiros SAFT;
 - vii A pasta de relatórios únicos;
 - viii A pasta dos Mapas Intracomunitários.
- Cumprimento de obrigações periódicas, onde engloba diversas operações relacionadas com o funcionamento da empresa em termos de obrigações mensais, trimestrais e anuais como:
 - O conhecimento dos processos relativos aos fechos mensais e anuais da empresa, onde é entregue toda a documentação necessária aos Contabilistas Certificados para que se proceda aos fechos mensais e anuais da empresa.
 - Fornecer o suporte necessário ao Contabilista Certificado, que tem como função certificar se a Contabilidade está em conformidade com a legislação em rigor.

- Provar que a empresa não tem dívidas ao Estado, emitindo-se a declaração contributiva no site da segurança social e a declaração de dívida e não dívida no portal das finanças. Relativamente à declaração contributiva entra-se com o número de beneficiário da empresa e a respetiva password no site da Segurança Social e no ícone “Conta-Corrente” clica-se no link “Situação contributiva” e novamente no link “obter declaração de situação contributiva”.

Relativamente à declaração de dívida e não dívida acede-se no Portal das Finanças online com o número de contribuinte e a respetiva senha de acesso, acede-se a “os seus serviços”, “documentos”, “certidões” e pede-se a certidão de dívida e não dívida.

- Efetuar todo o processamento de salários do mês tendo em conta as respetivas taxas de IRS e Segurança Social. O processamento é efetuado no programa SAGE, módulo gestão de recursos humanos.

Figura 1: Secção relativa a taxas de IRS na ficha de funcionário do programa Sage



Fonte: Crespo-Tir, (Lda).

A “folha de férias” é um mapa que nos dá toda a informação relativa ao processamento salarial de cada trabalhador. Inclui, entre outros, valores que a empresa tem de pagar à segurança social, IRS, fundos de compensação e aos funcionários. O pagamento aos funcionários é efetuado através de transferência bancária no portal da entidade bancária online.

- A entrega mensal e trimestral de documentação às finanças e à segurança social sendo que, a Declaração Mensal de Remunerações SS e de IRS) é entregue mensalmente no Portal das Finanças e trimestralmente faz-se a entrega da Declaração do IVA. Esta última é gerada no programa de contabilidade, nos ícones “reporte” e “declaração periódica”. Depois de criada, confere-se através dos balancetes entre

meses e extratos contabilísticos, envia-se para o Contabilista Certificado que a submete. Para concluir este processo, faz-se o apuramento das contas na contabilidade. Imprime-se e arquiva-se toda a documentação na pasta do IVA.

São gerados mensalmente dois ficheiros com todas as informações relativas ao processamento de salários e respetivos descontos de IRS e Segurança Social - Declaração Mensal de Remunerações SS e Declaração Mensal de Remunerações IRS AT.

Figura 2: Declaração Mensal de Remunerações IRS- Autoridade Tributária

Fonte: Crespo-Tir, (Lda).

- Mensalmente é enviado o ficheiro SAFT com informação sobre o número das faturas emitidas e o valor total das mesmas no período. O ficheiro é gerado automaticamente na gestão comercial, vendas, no ícone “reporte” e “exportação SAF-T simplificado”.
- Envio mensal do Mapa das Transmissões Intracomunitárias que é gerado na gestão comercial nos ícones “Reporte”, “Vendas” e “Mapa intracomunitário”. Preenche-se o ano, mês e incluímos as transações. Depois de gerado, este mapa é enviado ao Contabilista Certificado. Este mapa refere-se ao valor faturado a países da comunidade europeia.

- Verificação do imposto único de circulação, visto que a entidade possui viaturas para o transporte de mercadoria nacional, necessita de retirar do Portal das Finanças a guia para pagamento do mesmo na respetiva data.
- Registo dos débitos e dos créditos, que consiste na movimentação diária na Contabilidade de todos os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, compras de fornecedores (lançamento de faturas de fornecedores) e das vendas a clientes (faturas realizadas aos clientes dos serviços prestados).

4.2 Diagnóstico Estratégico da Empresa Crespo-Tir, Lda

Neste capítulo pretende-se aplicar na prática os temas correspondentes aos capítulos anteriores, na empresa Crespo-Tir, Lda, sendo que o período de análise é entre 2018, 2019 e 2020.

A análise referente aos resultados deve ser focada no âmbito de atividade em que a empresa atua, tendo em consideração o tipo de práticas contabilísticas aceites no seu tipo de setor.

O Banco de Portugal, analisa e recolhe, através da Central de Balanços os dados de informação económica e financeira, reportados no âmbito da IES⁴ (Informação Empresarial Simplificada), úteis para a gestão e enquadramento no respetivo setor de atividade económica.

A Central de Balanços disponibiliza três produtos estatísticos, os Quadros do Setor (QS), os Quadros da Empresa e do Setor e a Série Longa dos Quadros do Setor.

Os Quadros do Setor são utilizados nesta análise pois englobam os indicadores económico/financeiros por setor de atividade e tipos de dimensão da entidade, sendo que a Crespo-Tir, ao longo dos últimos anos, considerando o seu volume de negócios, pertence à classe de pequena entidade.

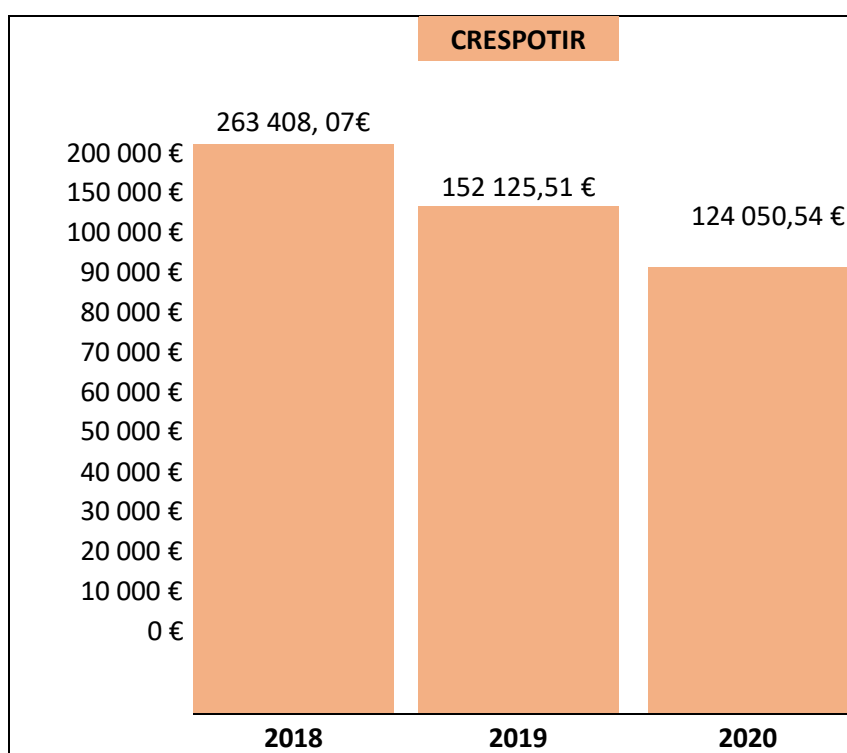
4.2.1 Volume de Negócios e Resultados

No gráfico 1, no ano de 2018, a empresa concluiu que o negócio com as ilhas dos Açores e da Madeira, contentores marítimos, havia provocado muitas adversidades, pelo que resolveu acabar com o mesmo ficando apenas o escritório do Porto.

⁴ A IES veio facilitar o cumprimento das obrigações legais das empresas, através de toda a informação que as entidades têm de prestar relativamente às suas contas anuais ter passado a ser transmitida por via eletrónica.

Ao encerrar o escritório dos Açores e de Lisboa, eliminou clientes mal pagadores, diminuindo o volume de negócio para o tentar tornar rentável. Ficando com os clientes que pagavam, os resultados deixaram de ser negativos (2018 resultado negativo de 22 060,34) e em 2019, o resultado líquido do exercício já foi positivo em 14 474,62, embora em 2020 se apresentem resultados negativos decorrentes das indemnizações pagas ao pessoal por despedimentos originados pela pandemia Covid-19 (Tabela 4).

Gráfico 1: Evolução do Volume de Negócios



Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 2- Mapa Comparativo da Crespo-Tir, Lda

Contas SNC	CRESPTIR mapa comparativo	2018	2019	2020
11	Caixa e Bancos	226,69	3 474,31	5 936,67
21	Clientes	65 842,23	34 971,81	56 941,80
217	Clientes Imparidades	136 282,82	136 282,82	136 282,82
22	Fornecedores	59 688,24	13 972,72	7 546,54
24	Estado e Outros Entes Públicos	18 411,88	14 247,84	13 479,67
27	Outras contas a Receber/Pagar	2 574,58	2 574,58	3 075,81
41	Imobilizado	2 675,22	2 932,37	2 411,28
51	Capital	140 000,00	140 000,00	140 000,00
53	Prestações Suplementares	73 500,00	73 500,00	73 500,00
55	Reservas	14 464,46	14 464,46	15 226,28
56	Resultados Transitados	184 026,45	227 964,46	191 612,17
62	Fornecimentos e Serviços Externos	191 190,92	73 151,30	52 251,12
63	Gastos Pessoal	83 291,98	60 266,17	86 498,80
68	Outros Gastos e Perdas	9 683,81	1 385,69	1 424,75
72	Prestações de Serviços	256 250,42	152 125,51	100 866,23
78	Outros Rendimentos e Ganhos	7 157,65	0	23 184,31
8	Resultado Operacional	-21 558,62	17 322,35	-10 050,03
81	Resultado Líquido do Exercício (dps das amortizações)	-22060,34	14474,62	-13350,65

Fonte: Elaboração Própria.

4.2.2 Análise dos Rácios no ano de 2018/19/20

Tabela 3- Tipos de Indicadores

	2018	2019	2020
Indicadores Financeiros	%	%	%
Autonomia Financeira	23,06	61,13	29,4
Endividamento	0,77	0,39	0,71
Solvabilidade	0,23	1,57	0,41
Liquidez Geral	1,26	2,48	1,38
Indicadores de Atividade			
Rotação do Ativo	2,7	2,4	1,5
Prazo Médio de Recebimento	91,2	83,9	167,6
Indicadores de Rendibilidade			
Rendibilidade Operacional das Vendas	-8,18	10	-8,18
Rendibilidade Líquida das Vendas	-8,37	10,01	-10,76
Rendibilidade do Ativo	-0,23	0,27	-0,13
Rendibilidade do Capital Próprio	-1	0,41	-0,56

Fonte: Elaboração Própria.

A empresa Crespo-Tir, Lda, apenas presta serviços. A análise dos indicadores financeiros, de atividade e de rendibilidade é realizada tendo em conta o ano de 2018, 2019 e 2020.

4.2.2.1 Indicadores Financeiros

- Autonomia Financeira

No caso da empresa Crespo-Tir, Lda, em 2018, o valor deste rácio é de 23,06%. Esta percentagem não se encontra dentro do valor aceitável, entre os 30% e os 60%.

Em 2019, o valor em percentagem, correspondente a este rácio é de 61,1 %, o que significa que se situa acima do valor aceitável, dos 60%, o mesmo não se verifica em 2018 e 2020.

O rácio de 2020 é de 29,4 %, considerado baixo, não se situando dentro do valor aceitável devido ao pagamento de indemnizações ao pessoal e à perda do agente com quem trabalhava há mais de trinta anos, provocada pela pandemia Covid-19.

- Endividamento

Em 2018, este endividamento de 0,70% deve-se às imparidades provocadas pelos clientes devedores do negócio com as ilhas dos Açores e da Madeira que levou a encerrar os escritórios de Lisboa e dos Açores e conseqüentemente ao pagamento de indemnizações ao pessoal.

Relativamente ao endividamento no ano de 2019, a empresa possui 0,39% de endividamento. Isto revela que o fecho dos escritórios dos Açores e de Lisboa eliminou os clientes que não pagavam, o que fez com que os resultados neste ano fossem positivos.

Em 2020, a empresa possui 0,70% de endividamento. Relativamente a 2019, este aumento deve-se às indemnizações (47 244,60 euros) pagas aos trabalhadores resultantes dos despedimentos e cessação de contrato de parceira do agente alemão com quem a empresa trabalhava há muitos anos, provocados pela pandemia Covid-19.

- Solvabilidade

Conforme se pode verificar no mapa anterior, no caso da empresa Crespo-Tir, Lda, no ano de 2019 estava solvente, mas nos anos de 2018 e 2020, a sua solvabilidade é inferior a 1, o que significa que não consegue cobrir totalmente o passivo.

No ano de 2018, se não se tivessem fechado os dois escritórios de Lisboa e dos Açores, a empresa teria que entrar em insolvência, pois o seu capital próprio estava incapaz de cobrir as suas obrigações.

- Liquidez Geral

Em termos de Liquidez Geral, a empresa tem valor nominal sempre superior a 1, isto diz-nos que tem capacidade de cobrir as suas dívidas de curto prazo em 2018, 2019 e 2020.

4.2.2.2 Indicadores de Atividade

- Rotação do Ativo

O cálculo deste rácio relativo a 2018, 2019 e 2020, demonstra que a empresa foi perdendo o seu grau de eficiência na utilização dos seus ativos para gerar rentabilidade das vendas.

- Prazo Médio de Recebimento

Este rácio divide o valor que os clientes devem à empresa pelo valor das vendas anuais. A empresa deve analisar periodicamente este rácio de forma a mantê-lo controlado.

No caso da empresa Crespo-Tir, Lda, percebe-se que, em 2018 e em 2020, o prazo médio de recebimentos estava com valores demasiado elevados. Neste último ano, consegue-se perceber que a empresa terá um prazo muito maior de recebimentos, o que lhe pode trazer problemas no fluxo de caixa num futuro próximo.

Esta situação poderá dificultar o cumprimento das suas obrigações financeiras.

4.2.2.3 Indicadores de Rendibilidade

- Rendibilidade Operacional das Vendas

Este rácio de margem operacional consiste em executar a análise entre o resultado operacional e o volume de vendas realizado naquele ano, representando o ganho obtido em termos líquidos.

Relativamente à Crespo-Tir, Lda, observa-se uma diminuição da Rendibilidade Operacional das Vendas igual em 2018 e 2020 com um valor negativo de 8,18%, o que revela a tendência da empresa em gerar menores resultados, visto que, quanto maior for o indicador, maior será a capacidade de os gerar. Em 2019, o valor do indicador aumentou, ou seja, a empresa tinha uma maior capacidade de gerar resultados, pois o valor já era positivo.

- Rendibilidade Líquida das Vendas

A Rendibilidade Líquida das Vendas verifica o retorno em termos de resultado líquido do volume de negócios realizado. Este rácio ajuda na verificação da capacidade que a

entidade tem em gerar resultados a partir do seu volume de negócios, ou seja, o ganho obtido.

No caso da empresa Crespo-Tir, Lda, o rácio demonstra-nos que, em 2018 e em 2020, o rendimento líquido das vendas foi negativo e positivo em 2019, ou seja, não houve ganhos e em 2020.

- Rendibilidade Operacional do Ativo

Este rácio, em termos operacionais, permite à empresa avaliar o retorno obtido. Quanto mais alto for este indicador, maior será a possibilidade de investir e gerar lucros.

No caso da empresa Crespo-Tir, Lda, essa possibilidade não existe porque nos anos 2018 e 2020 temos valores negativos e em 2019 o valor positivo é muito baixo, de 0,27%, assim como o seu resultado operacional.

Isto deve-se a diversos fatores como o elevado número de imparidades em 2018 e o pagamento de indemnizações aos trabalhadores. Apesar de, em 2019, este rácio ter conseguido subir ligeiramente, em 2020 volta a diminuir devido à cessação de contrato por parte do agente e despedimento dos trabalhadores com as respetivas indemnizações a pagar consequências do contexto de Covid-19.

- Rendibilidade do Capital Próprio

Este é o rácio mais utilizado em termos de eficiência ou rendabilidade das empresas porque mede o nível de remuneração dos sócios/acionistas e investidores (proprietários da empresa), avaliando o retorno do investimento aos detentores do capital próprio.

Em termos de análise da empresa Crespo-Tir, Lda, em 2018 e 2020, esta não teve rendibilidade como se pode verificar neste rácio em que os resultados são negativos.

Apenas em 2019 o valor do rácio foi positivo, revelando-se mesmo assim muito baixo.

É importante concluir que a análise destes rácios não revela tudo o que é necessário acerca da performance financeira do negócio, uma vez que se baseiam na performance passada e não na atual ou futura da empresa. Ainda assim, fornecem-nos informações relevantes, sintéticas e analíticas sobre a atividade e desempenho na gestão das empresas.

4.3 Implementação de Novas Estratégias e de Vantagem Competitiva

Tendo em conta a análise dos últimos anos, da situação atual de possível falência da entidade, foram implementadas novas estratégias que consigam reverter o seu estado atual, possibilitando a melhoria de diversos resultados operacionais.

A estratégia engloba quatro decisões fundamentais úteis no processo de orientação do comportamento de uma organização:

1. as regras e padrões que demonstram o desempenho do presente e do futuro da empresa;
 2. as regras para o desenvolvimento da relação da entidade com o exterior;
 3. as regras correspondentes aos processos internos da organização;
 4. As regras que orientarão a empresa nas suas diversas atividades operacionais.
- A criação e desenvolvimento de uma estratégia é fundamental para que a capacidade da empresa se adapte para competir a longo prazo.
 - O desenvolvimento dessa estratégia envolve os objetivos estabelecidos pela entidade, a partir de uma avaliação interna seguida de uma compreensão do seu cenário competitivo. É criada uma vantagem competitiva que consiga atuar de forma otimizada e potencialmente com menores custos em relação à concorrência.
 - Na obtenção de uma vantagem competitiva, a entidade necessita de alcançar um desempenho superior aos dos seus concorrentes, com base em objetivos coerentes, uma boa compreensão do negócio e uma correta avaliação adequada das capacidades internas.

No caso da empresa Crespo-Tir, Lda, o estabelecimento de novas estratégias que possibilitem a melhoria do seu estado atual é considerado urgente, no entanto, estas são mencionadas nomeadamente na Análise SWOT implementada no ponto 4.4.1.

4.3.1 Análise SWOT

No caso da empresa Crespo-Tir, Lda, esta é inserida no ramo da prestação de serviços e é considerada uma entidade:

- Com bastantes anos de experiência de mercado;
- Com uma excelente qualidade de serviço;
- Com uma boa localização em ambos os escritórios;

- Com boas qualificações ao longo dos anos (perante os clientes era considerada uma entidade de nome, com experiência na atividade).

Tabela 4- Análise SWOT

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	Forças	Fraquezas
	Anos de Experiência de Mercado	Preços praticados demasiado elevados
	Excelente Qualidade de Serviço	Fraca comunicação interna e externa
	Boa localização	Plano de carreira
	Qualificações	Falta de pessoal qualificado
	Infraestrutura	Site desatualizado
	Experiência na atividade	Recursos escassos
Fatores Externos	Oportunidades	Ameaças
	Criação de Alianças Estratégicas e Internacionalização	Mudanças Tecnológicas
	Dinamismo Empresarial	Risco dos clientes procurarem preços mais baixos
	Fidelização de Clientes	Novos concorrentes
	Departamento de Relações Públicas	Liquidação do negócio
	Inovação Tecnológica	Diminuição de trabalhadores

Fonte: Elaboração Própria.

Sendo uma empresa existente há cerca de 40 anos, teve os seus anos de glória com excelentes resultados acabando por decrescer ao longo do tempo, isto, devido:

- às estratégias utilizadas pela empresa não terem sido pensadas a longo-prazo, o que fez com que a empresa apenas possuísse um agente e parceiro de negócios, que a levou ao atual estado de falência técnica;

O único agente alemão surpreendeu a empresa durante anos, com a execução de um excelente trabalho que, com as consequências da pandemia, a situação económico/financeira da empresa fez com que este tivesse que suspender a sua atividade por não conseguir suportar custos com Portugal.

- à falta de parceiros de negócio;
- aos preços praticados serem demasiado elevados, o que afastava possíveis clientes interessados, fazendo com que estes optassem por preços mais baixos;

- à fraca comunicação interna que levou à perda de produtividade de colaboradores e externa que levou a uma não atração de novos clientes;
- aos recursos económicos escassos pois a maioria dos clientes eram incobráveis (não pagavam), o que criava muitas dificuldades em termos económicos;
- à falta de pessoal e planos de carreira;
- ao site desatualizado.

Existem vários tipos de estratégias que deveriam ter sido aplicadas tais como:

- Criação de Alianças Estratégicas e expansão de negócio (internacionalização). Com o aumentar do volume de negócios e aumento de parceiros de negócios, a criação de plataformas fora (escritórios), irá permitir os preços mais baixos, o que irá atrair mais clientes e mais parceiros de negócio.
- Dinamismo Empresarial- constante análise de mercado, permitindo à empresa o melhor posicionamento dos seus serviços e tendo em conta as empresas que estão inseridas no setor, permitindo a prospeção de novos mercados;
- A análise dos fornecedores e análise da concorrência, identificando o posicionamento das outras entidades e os seus respetivos pontos fortes e pontos fracos, sabendo identificar os erros e insatisfações do consumidor aos serviços dos concorrentes;
- A análise e seleção dos fornecedores faz com que sejam observados vários fatores como o preço, os prazos de entrega e pagamento e a qualidade de serviço.

Com isto, os preços, tendo em conta as vertentes abordadas anteriormente, devem ser bem estipulados, devendo existir um aumento nos processos de experimentação dos serviços, um desenvolvimento tecnológico, uma comunicação interna e externa seguida de um bom posicionamento do mercado, fazendo com que exista a fidelização de possíveis clientes.

- Criação de um departamento de relações públicas. Têm surgido diversos problemas a nível internacional que seriam mais facilmente resolvidos se houvesse um gestor da comunicação que os conduzisse que tratasse de assuntos como (atrasos de mercadorias, roubos de mercadorias, reclamações de clientes).

A importância da criação de um departamento de relações públicas que possa detetar e corrigir falhas de comunicação a nível interno e externo.

- Inovação Tecnológica (atualizar site da entidade).

4.4 Contributos para a Empresa

No âmbito de uma sociedade cada vez mais complexa, a comunicação é considerada um papel de crescente importância. Tendo em conta a situação descrita anteriormente, caso a empresa não entre em falência, a criação de um novo plano de negócios, a definição de novos objetivos e vantagens competitivas, incluindo novos fornecedores e um Departamento de Relações Públicas, serão algumas das estratégias que poderão ajudar no contínuo futuro desenvolvimento da empresa.

Após reuniões com o responsável pelo estágio na empresa, Dr. Manuel Crespo, verificou-se que era de maior importância a criação de um Departamento de Relações Públicas pois, o seu papel na prossecução dos objetivos da empresa é fundamental.

Têm surgido diversos problemas a nível internacional que seriam mais facilmente resolvidos se houvesse um gestor de comunicação que os conduzisse.

Cabe-lhe o importante papel de contactar os organismos oficiais que promovem os produtos ou serviços produzidos em Portugal, nos vários países do mundo, podendo, junto destes organismos, programar as visitas comerciais à empresa que representa e, com aqueles órgãos, iniciar contactos para, por exemplo, encontrar o melhor agente que em determinado país estrangeiro seja representante dos negócios da empresa nesse país.

A eficiência do gestor de comunicação é de maior importância para a manutenção da imagem de qualidade de serviços do Grupo Crespo-Tir Lda.

A importância da criação de um departamento que execute tais atividades prendesse ao facto da empresa poder assim, detetar e corrigir falhas de comunicação a nível externo e interno.

5. REFLEXÃO E AUTO-AVALIAÇÃO DO TRABALHO

5.1 Reflexão do trabalho desenvolvido

Este estágio profissional foi sem dúvida uma mais-valia pois contribuiu para o meu percurso pessoal e académico.

A escolha da área Financeira surgiu do interesse existente na realização do Mestrado em Gestão de Empresas que enquadra disciplinas relacionadas com esta vertente, as quais me suscitaram curiosidade num futuro próximo tendo em conta os meus objetivos.

Sendo eu uma pessoa que gosta do mundo dos negócios, o conhecimento e entendimento da Informação Financeira, fundamental para o desenvolvimento profissional e sucesso de qualquer empresa.

No entanto, para conseguir entender toda a atividade de uma empresa no passado, no presente e tomar decisões no futuro, necessito de aprofundar todas as técnicas necessárias para desenvolver sempre um trabalho exemplar.

Consegui aplicar todas as minhas competências teóricas desenvolvidas no Mestrado, acabando por reter inúmeras práticas que me irão ser úteis no futuro num primeiro emprego.

Relativamente ao meu aperfeiçoamento pelo contacto direto da realidade do trabalho, tive uma boa capacidade de captação de informação, organização, interação com todo o tipo de clientes e procurei trabalhar em equipa.

Consegui adquirir conhecimentos práticos. Diariamente anotava num caderno todos os apontamentos necessários para a compreensão, assimilação e domínio de todos os conteúdos abordados, questionava tudo o que achava que tinha dúvida para não cometer erros com gravidade e que pudessem vir a prejudicar o estágio.

5.2 Auto-Avaliação do trabalho

Na minha opinião, esta experiência foi bastante razoável.

Recebi um feedback muito positivo da chefia que trabalhou comigo, sendo de realçar que vários colegas de trabalho me convidaram a voltar estagiar, mas durante um período de tempo maior. Atendendo a estes fatores, não podia estar mais orgulhosa do meu desempenho no meu curto percurso efetuado.

As principais dificuldades estiveram presentes no modo como foram criadas as estratégias de melhoria do estado atual da entidade, pois sendo uma situação cm elevada gravidade, acaba por ser exigente a forma como é elaborado todo o processo.

Tendo em conta a realização e resultado do meu estágio, penso que foi uma boa oportunidade para melhorar o meu desempenho pessoal da minha vida profissional, aprendi, mudei, criei novas amizades e desenvolvi capacidades importantes para o meu futuro nas unidades hoteleiras. Recordarei esta experiência para sempre pois foi muito produtiva e positiva para mim.

Por todos estes aspetos, sinto a necessidade de ingressar no mundo do trabalho, mas neste momento ainda quero desenvolver muitas competências para poder ter uma prestação correta e profissional. Irei lutar e conseguir chegar onde pretendo, com muita dedicação, esforço e trabalho.

No meu futuro, desejo aprofundar o máximo de conhecimentos possíveis para poder ter uma carreira de sucesso, esperando um dia me vir a tornar numa verdadeira profissional e conseguir chegar onde pretendo.

CONCLUSÃO

Após a revisão de toda a investigação realizada e à nossa questão de partida, o foco esteve em decifrar as várias causas do atual posicionamento financeiro da entidade e de seguida esteve no planeamento estratégico e na comunicação interna/externa que se complementam na resolução de problemáticas empresariais.

O diagnóstico foi indispensável na criação de medidas, fornecendo apoio aos gestores no processo de tomada de decisão.

O planeamento estratégico foi importante para determinar e prever acontecimentos futuros que possam ser problemáticos para a entidade, sendo que, deste modo, foram abordados diversos cenários possíveis e foram debatidas soluções para estes.

No entanto, é muito importante que estas soluções sejam de longa duração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, D. F. (2015). *A informação Contabilística no processo de tomada de decisão de microempresas*. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Bedin, G.A. (2012). *Gestão Financeira*. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- UNIJUÍ, Brasil.

Cañibano, L. e Mora, A. (2000). *Evaluating the Statistical significance of "De Facto" Accounting Harmonization: a Study of European Global Players*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 9-159.

CE, (1995). *Harmonização Contabilística: uma nova estratégia de Harmonização*. (pp. 117). Publicações da Comissão Europeia.

Chicundico, C.E. (2019). *A Harmonização Contabilística Internacional, o caso de Angola*. Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, Beja.

Coelho, A.C.P. (2010). *O Novo Sistema de Normalização Contabilística: Impacto da sua adopção numa empresa pública*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.

Correia, S. (2014). Qual o desempenho económico-financeiro da minha empresa? *Revista Portuguesa de Contabilidade*, nº16, Vol.IV, 614-644.

Costa, J. P. (2017). *Análise Económica e Financeira da COAPE, C.R.L.* Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Domingues, F.R.F.O. (2014). *Análise de Rácios Económico Financeiros em Empresas Portuguesas em Falência Técnica - Estudo Exploratório*. Faculdade de Economia e Gestão, Porto.

Encarnação, C.F.G. (2009). *Indicadores Económico-Financeiros: Os impactos da alteração normativa em Portugal*. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Farinha, J.P. (2009). SNC - oportunidades e desafios na mudança: estaremos preparados? *Revista da Câmara de Técnicos Oficiais de Contas*, 39-41.

Fernandes, C., Vieira, E., Neiva, J. e Peguinho, C. (2019). *Análise Financeira - Teoria e Prática*. Edições Sílabo.

Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E. e Neiva, J. (2018). *Análise Financeira Casos Práticos - Aplicação no âmbito do SNC*. Edições Sílabo.

Ferreira, I.M. (2012). *Contabilidade de Gestão e o Papel do Contabilista nas PME*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.

Ferrel, O.C. & Hartline (2009). *Estratégia de Marketing*. Cengage Learning Editores. V. 5, p.1-11.

Forte, I.C. (2020). *Proposta de indicadores económico-financeiros para sociedades não financeiras por atividade económica*. Porto: Faculdade de Economia.

Freitas, G. (2007). *As Características Qualitativas definidas pelo IASB Alterações impostas pelo referencial Fair Value*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Gitman, L.J. (2010). *Princípios de Administração Financeira - 12ª edição*. Editora Pearson.

Gomes, P. & Portugal, M. (2014). *Manual de práticas contabilísticas*, 7-30. Escolar Editora.

Guedes, L.F. (2020). *A importância do Planeamento de uma Auditoria Financeira*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto.

Guerreiro, M.S. (2006). Impacto da adoção das International Financial Reporting Standards: factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas. *Contabilidade e Gestão*, 3, 7-32.

Guimarães, J.F.C. (2011). *Estudos sobre a Normalização Contabilística em Portugal*. Vida Económica.

Helms, M. M., & Nixon, J. (2010). Exploring SWOT analysis - where are we now? A review of academic research from the last decade. *Journal of Strategy and Management*, Vol. 3, 215-251.

Jorge, J.C. (2010). *Avaliação do Desempenho de uma Empresa através de Rácios Financeiros: Caso da Indústria Hoteleira*. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

Junior, F.P. (2012). *A Estrutura do Capital das PME'S e das Grandes Empresas: Uma análise comparativa*. Universidade de Coimbra, Coimbra.

Keller, K.L. e Kotler, P. (2012). *Administração de marketing*. São Paulo: Prentice-Hall.

Lochard, J. (2003). *Os Rácios Essenciais- como os utilizar, interpretar e comentar*. Lisboa: Bertrand.

Lopes, I. (2013) *Preparação de Informação Financeira*. Escolar Editora

Luzia, M.G. (2013). *Opção SNC versus NIC: Empresas-Mãe das Entidades Cotadas no Mercado de Ações de Lisboa*. Faculdade de Economia, Faro.

Magretta, J. (2012). *Understanding Michael Porter: The Essential Guide to Competition and Strategy*. Boston Massachusetts: Harvard Business Review Press.

Marion, C.J. e Ribeiro, M.O. (2011). *Introdução à Contabilidade Gerencial*. São Paulo: Saraiva.

Martins, C.F. (2011). *Os Modelos das Demonstrações Financeiras*, 23-56.

McGee, J. V. e Prusak, L. (1994). *Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação*. Rio de Janeiro: Campus.

Morais, A.I. e Lourenço, I.C. (2013). *IFRS Demonstrações Financeiras - Um Guia para Executivos*. Almedina.

Nelson, B. & Economy, P. (2020). *Gestão para Totós*. Porto Editora.

Neto, A.A. e Lima, G.F. (2019). *Curso de Administração Financeira*. Atlas.

Neves, J.C. (2011). Método dos Rácios: Técnica-Base da Análise Financeira. *In* Texto (Eds.), *Análise e relato financeiro - uma visão integrada de gestão*. (pp. 213-601).

Nogueira, V. (2018). Que rácios para a análise financeira? Consultado em: <https://www.portal-gestao.com>

Padoveze, L. C. (2010). *Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil*. São Paulo: Atlas.

Pires, A. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística do POC ao SNC*. Lisboa: Publisher Team.

Ribeiro, O. M. (2018). *Demonstrações Financeiras: Mudanças na Lei das Sociedades por Ações: Como era e como ficou*. São Paulo: Saraiva Uni.

Rodrigues, J. (2019). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto Editora.

Rodrigues, J. (2020). *SNC Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto Editora.

Rosa, S.A. (2013). *A importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do Ativo Fixo Tangível*. Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.

Santos, L.L. (2002). *A estrutura conceptual da contabilidade em Portugal*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.

Santos, L.M.S. (2010). *Do POC ao SNC*. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Santos, F.J.C. (2017). *A Problemática Contabilística dos Ativos Fixos Tangíveis e os Efeitos de uma cultura marcada pelos contributos e influências fiscais - o caso do setor dos transportes rodoviários de passageiros*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa.

Sebastião, J. (2014). *Análise das Demonstrações Financeiras como Fator Determinante na tomada de decisão: Estudo de caso de entidades angolanas*. Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal.

Silva, E.S. (2011). *Gestão Financeira - Análise de fluxos financeiros*. Porto: 5.^a edição Vida Económica.

Torres, C. (2010). *Guia prático de Marketing na Internet para Pequenas Empresas*. Copyright Cláudio Torres.

Wright, Kroll, & Parnell. (2000). *Administração estratégica: Conceitos*. São Paulo: Atlas.

WEBGRAFIA

CNC. (s.d.). CNC. Consultado em: www.cnc.min-financas.pt.

CNC (2008). *Apresentação do Projecto Sistema de Normalização Contabilística*. Consultado em: <http://www.cnc.min-financas.pt>.

CNC. (2003). *Projeto de linhas de orientação para um novo modelo de normalização contabilística*. Consultado em: *Publicações da CNC*, 2-45.

Anexos

Demonstração dos Resultados por Naturezas - CRESPO TIR TRANSITARIOS LDA
(modelo para ME) do período de 2018
(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Vendas e serviços prestados	256 250,42	300 211,61
Fornecimentos e serviços externos	(191 190,92)	(222 994,71)
Gastos com o pessoal	(83 291,98)	(99 994,42)
Outros rendimentos	7 157,65	5 749,21
Outros gastos	(9 683,81)	(2 265,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(20 758,64)	(19 293,55)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(800,00)	(800,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(21 558,64)	(20 093,55)
Gasto líquido de financiamento		(72,71)
Resultado antes de impostos	(21 558,64)	(20 166,26)
Imposto sobre o rendimento do período	(501,70)	(1 503,86)
Resultado líquido do período	(22 060,34)	(21 670,12)

Anexo 1: Demonstração de Resultados por Naturezas

Fonte: Crespo-Tir, Lda

Balanço - (modelo para ME) em 31-
12-2018
(montantes em euros)

CRESPO TIR TRJ

RUBRICAS	DATAS	
	2018	2017
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	2 200,00	3 000,00
Investimentos financeiros	475,22	319,82
	2 675,22	3 319,82
Ativo corrente		
Clientes	65 842,23	67 338,27
Estado e outros entes públicos	20 543,43	27 004,99
Diferimentos	615,90	
Outros ativos correntes	4 500,00	5 000,00
Caixa e depósitos bancários	672,92	16 589,41
	92 174,48	115 932,67
Total ativo	94 849,70	119 252,49
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	140 000,00	140 000,00
Outros instrumentos capital próprio	73 500,00	
Reservas	14 464,46	14 464,46
Resultados transitados	(184 026,45)	(162 356,33)
Resultado líquido do período	(22 060,34)	(21 670,12)
Total do capital próprio	21 877,67	(29 561,99)
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos		65 000,00
		65 000,00
Passivo corrente		
Fornecedores	59 688,24	57 611,63
Estado e outros entes públicos	2 633,25	7 907,76
Financiamentos obtidos	446,23	10 224,71
Outros passivos correntes	10 204,31	8 070,38
	72 972,03	83 814,48
Total do passivo	72 972,03	148 814,48
Total do capital próprio e do passivo	94 849,70	119 252,49

Anexo 2 : Balanço (Demonstrações Financeiras)

Fonte: Crespo-Tir, (Lda)

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág 1 de 6
		Acumulado				
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte 501481710
Exercicio	2018	Período	Dezembro			CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS, LDA.
Conta	1	à	999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas	
Conta	Descrição	Acumulado		Saldo		
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
11	CADCA	104.739,19	104.254,28	484,93		
111	Caixa Porto	104.739,19	104.254,28	484,93		
112	Caixa Filial (Região Autónoma dos Açores)					
12	DEPÓSITOS À ORDEM	299.924,10	300.182,34		258,24	
121	BPI	15.231,82	15.043,83	187,99		
123	Milennium BCP	284.692,28	285.138,51		448,23	
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	15.000,00	15.000,00			
131	BPI - Depósito a prazo	15.000,00	15.000,00			
Total Classe		419.663,29	419.436,60	484,93	258,24	
21	CLIENTES	473.792,01	407.949,78	65.842,23		
211	CLIENTES-CONTA CORRENTE	337.509,19	260.928,73	58.580,46		
2111	CLIENTES GERAIS	337.509,19	260.928,73	58.580,46		
21111	CLIENTES-CONTA CORRENTE-NACIONAIS	275.200,28	227.482,77	47.717,51		
21112	CLIENTES-CONTA CORRENTE-COMUNITÁRIOS	62.308,91	53.445,96	8.862,95		
217	CLIENTES-COBrança DUVIDOSA	138.282,82		138.282,82		
2173	CLIENTES-COBrança DUVIDOSA-OUTROS	138.282,82		138.282,82		
22	FORNECEDORES	195.889,33	255.557,57		59.668,24	
221	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE	195.889,33	255.557,57		59.668,24	
2211	FORNECEDORES GERAIS	195.889,33	255.557,57		59.668,24	
22111	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE-NACIONAIS	192.388,18	250.438,88		58.072,52	
22112	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE-COMUNITÁRIOS	3.503,17	5.118,89		1.815,72	
23	PESSOAL	39.287,19	42.398,92		3.129,73	
231	REMUNERAÇÕES A PAGAR	39.287,19	42.398,92		3.129,73	
2312	Remunerações a pagar ao pessoal	39.287,19	42.398,92		3.129,73	
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	147.489,91	129.058,03	18.411,88		
241	Imposto sobre o rendimento	19.615,49	9.099,49	10.516,00		
2411	Pagamento Especial por Conta	18.730,00	8.214,00	10.516,00		
2416	Imposto a Liquidar	2.857,40	2.857,40			
2417	IRC a recuperar	28,09	28,09			
242	RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS	3.089,88	3.224,88		155,00	
2421	Trabalho dependente	2.813,00	2.943,00		130,00	
2422	Trabalho independente	258,88	281,88		25,00	
243	IVA-IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	108.808,51	98.581,08	10.027,43		
2432	IVA-DEDUTÍVEL	23.258,99	23.258,99			
24323	IVA-DEDUTÍVEL-OUTROS BENS E SERVIÇOS	23.258,99	23.258,99			
243232	IVA-DEDUTÍVEL-OUTROS BENS SERVIÇO (INTER)	3,52	3,52			
2432323	Dedutível-Outros B.S.-Intermédia-Outros	3,52	3,52			
243233	IVA-DEDUTÍVEL-OUTROS BENS SERVIÇOS (NOR)	23.253,47	23.253,47			
2432331	Dedutível-Outros B.S.-Normal-Nacionais	21.901,38	21.901,38			
2432332	Dedutível-Outros B.S.-Normal-Comunitários	1.091,88	1.091,88			
2432334	Dedutível-Outros B.S.-Regiões Autonomas	260,21	260,21			
2433	IVA-LIQUIDADO	13.437,10	13.437,10			
A Transportar Classe		856.398,44	834.962,30	84.254,11	62.817,97	

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral		Pág. 2 de 6	
		Acumulado			
Terceiros	Não	Grau	Movimento		
Exercício	2018	Período	Dezembro	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.
Conta	1 à 9999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas	Nº Contribuinte	501481710
				CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.	
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
Transporte Classe		856.398,44	834.962,30	84.254,11	62.817,97
24331	NA-LIQUIDADO-MERCADORIAS	2.438,53	2.438,53		
243313	NA-LIQUIDADO-MERCADORIA (NORMAL)	2.438,53	2.438,53		
2433131	Liquidado-Mercadoria-Normal-Nacionais	1.380,00	1.380,00		
2433132	Liquidado-Mercadoria-Normal-Comunitários	1.058,53	1.058,53		
24332	NA-LIQUIDADO-OUTROS BENS E SERVIÇOS	10.965,22	10.965,22		
243323	NA-LIQUIDADO-OUTROS BENS E SERVIÇOS (NO	10.965,22	10.965,22		
2433231	Liquidado-Outros B.S.-Normal-Nacionais	10.931,87	10.931,87		
2433232	Liquidado-Outros B.S.-Normal-Comunitários	33,35	33,35		
2434	NA-REGULARIZAÇÕES	197,16	197,16		
24341	MENSAIS/TRIMESTRAIS A FAVOR DA EMPRESA	185,66	185,66		
243413	Regularizações-Normal-Favor da Empresa	185,66	185,66		
24342	MENSAIS/TRIMESTRAIS A FAVOR DO ESTADO	11,50	11,50		
243423	Regularizações-Normal-Favor do Estado	11,50	11,50		
2435	NA-APURAMENTO	24.549,64	24.549,64		
2437	NA-A RECUPERAR	25.831,23	25.831,23		
2438	NA-REEMBOLSOS PEDIDOS	21.336,39	11.308,96	10.027,43	
245	Contribuições para a segurança social	16.008,03	17.970,58		1.962,55
248	Outras tributações	168,00	182,00		14,00
2481	FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	155,40	168,35		12,95
24810001	Maria Manuel Raimundo Grave	88,80	96,20		7,40
24810004	Pedro Filipe Antão de Oliveira	66,60	72,15		5,55
2482	FUNDO DE GARANTIA DE COMPENSAÇÃO DO TR	12,60	13,65		1,05
24820001	Maria Manuel Raimundo Grave	7,20	7,80		,60
24820004	Pedro Filipe Antão de Oliveira	5,40	5,85		,45
25	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	73.500,00	73.500,00		
258	Outros Empréstimos Obtidos	73.500,00	73.500,00		
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	14.123,38	16.697,96		2.574,58
272	DEVEDORES E CREDITORES POR ACRÉSCIMOS	7.123,38	14.197,96		7.074,58
2722	Credores por acréscimos de gastos	7.123,38	14.197,96		7.074,58
27222	Acréscimos de custos-Remunerações a liquidar	5.864,00	11.663,98		5.799,98
27224	Acréscimos de custos-Encargos c/ remunerações	1.259,38	2.533,98		1.274,60
278	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	7.000,00	2.500,00	4.500,00	
2788	Devedores e credores diversos	7.000,00	2.500,00	4.500,00	
27881	Garantia Alf.Freixeiro (Arm.Exp)	2.500,00		2.500,00	
27882	Garantia Cepsa	2.500,00	2.500,00		
27883	Garantia Galp	2.000,00		2.000,00	
28	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	615,90		615,90	
281	GASTOS A RECONHECER	615,90		615,90	
2811	Seguros	615,90		615,90	
Total Classe		944.637,72	925.160,26	84.870,01	65.392,55
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	475,22		475,22	
A Transportar Classe		475,22		475,22	

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág. 3 de 6	
		Acumulado					
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte	501481710
Exercício	2018	Período	Dezembro	Tipo Saldo	Saldo das Somas	CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.	
Conta	1 à 9999999999						
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos			
		Débito	Crédito	Débito	Crédito		
Transporte Classe		475,22		475,22			
415	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEROS	475,22		475,22			
4157	Fundo de Compensação do Trabalho	475,22		475,22			
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	16.170,15	13.970,15	2.200,00			
434	Equipamento de transporte	9.000,00	3.500,00	5.500,00			
435	Equipamento administrativo	3.491,18		3.491,18			
437	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	178,97		178,97			
4371	Ferramentas e utensílios	178,97		178,97			
438	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	3.500,00	10.470,15		6.970,15		
4384	Equipamento de transporte	3.500,00	6.800,00		3.300,00		
4385	Equipamentos administrativos		3.491,18		3.491,18		
4387	Outros activos fixos tangíveis		178,97		178,97		
43871	Ferramentas e utensílios		178,97		178,97		
Total Classe		16.645,37	13.970,15	2.675,22			
51	CAPITAL		140.000,00		140.000,00		
511	Capital Social		140.000,00		140.000,00		
5111	Antonio Oliveira Ribeiro		10.000,00		10.000,00		
5112	Fernando Carlos Rebelo Crespo		10.000,00		10.000,00		
5113	Manuel Fernando Pereira Crespo		110.000,00		110.000,00		
5114	Patricia Clara Rebelo Crespo Sousa Pinto		10.000,00		10.000,00		
53	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO		73.500,00		73.500,00		
531	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES		73.500,00		73.500,00		
5311	Manuel Crespo		73.500,00		73.500,00		
55	RESERVAS		14.464,46		14.464,46		
551	Reservas legais		14.464,46		14.464,46		
56	RESULTADOS TRANSITADOS	382.999,27	196.972,82	184.026,45			
562000	Res.Transit.até 2000	52.188,08		52.188,08			
562001	Res.Transit.2001	15.216,29		15.216,29			
562002	Res.Transit.2002		541,86		541,86		
562003	Res.Transit.2003		9.849,61		9.849,61		
562004	Res.Transit.2004	20.581,91		20.581,91			
562005	Res.Transit.2005	29.259,82		29.259,82			
562006	Res.Transit.2006		70.092,21		70.092,21		
562007	Res.Transit.2007		16.120,99		16.120,99		
562008	Res.Transit.2008	171.732,30		171.732,30			
562009	Res.Transit.2009		3.429,94		3.429,94		
562010	Resultados Transitados 2010		14.798,24		14.798,24		
562011	Resultado Transitado 2011	16.058,20		16.058,20			
562012	Resultados Transitados 2012		76.914,69		76.914,69		
562013	Resultados Transitados 2013	3.289,62		3.289,62			
562014	Resultados Transitados 2014	1.295,31		1.295,31			
562015	Resultados Transitados 2015	51.707,62		51.707,62			
A Transportar Classe		382.999,27	426.937,28	184.026,45	227.964,46		

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág. 4 de 6
		Acumulado				
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte 501481710
Exercício	2018	Período	Dezembro	Tipo Saldo	Saldo das Somas	CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.
Conta	1 à 9999999999					
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos		
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
Transporte Classe		382.999,27	426.937,28	184.026,45	227.964,46	
562016	Res. Transit. 2016		7.225,08		7.225,08	
562017	Res. Trans. 2017	21.670,12		21.670,12		
Total Classe		382.999,27	426.937,28	184.026,45	227.964,46	
82	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	195.116,88	3.925,96	191.190,92		
822	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	13.506,63	673,51	12.633,12		
8221	Trabalhos especializados	4.088,62	813,51	3.275,11		
8222	Publicidade e propaganda	75,00		75,00		
8224	Honorários	560,00	60,00	500,00		
8226	Conservação e reparação	8.512,18		8.512,18		
82261	Conservação e reparação - Nacional	8.512,18		8.512,18		
8227	Serviços bancários	270,83		270,83		
823	MATERIAIS	2.586,86		2.586,86		
8231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.357,95		1.357,95		
8233	Material de escritório	559,63		559,63		
8236	Outros	669,28		669,28		
824	ENERGIA E FLUIDOS	17.852,74		17.852,74		
8242	COMBUSTÍVEIS	17.810,62		17.810,62		
82421	COMBUSTÍVEIS-IVA DEDUTÍVEL	17.224,26		17.224,26		
824212	Combustíveis-IVA Dedutível (100%)	17.224,26		17.224,26		
82422	COMBUSTÍVEIS-IVA NÃO DEDUTÍVEL	586,36		586,36		
824221	COMBUSTÍVEIS-IVA NÃO DEDUTÍVEL	586,36		586,36		
8242212	Combustíveis-IVA Não Dedutível (Art.º 21º-1B-CV)	586,36		586,36		
8248	Outros fluidos	42,12		42,12		
825	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	113.711,94	2.704,14	111.007,80		
8251	Deslocações e estadias	1.871,74		1.871,74		
8253	Transportes de mercadorias	110.735,50	2.704,14	108.031,36		
8256	Outros	1.104,70		1.104,70		
826	SERVIÇOS DIVERSOS	47.456,71	348,31	47.110,40		
8261	Rendas e alugures	37.971,00		37.971,00		
82613	Espaços CrespoLog	36.000,00		36.000,00		
82614	Renting 31400138 Panasonic Lisboa	610,08		610,08		
82615	Prosonic UTAX	1.360,92		1.360,92		
8262	Comunicação	2.926,80		2.926,80		
8263	Seguros	3.625,37		3.625,37		
82631	Automóvel	2.293,05		2.293,05		
82632	Responsabilidade Civil Transitário	1.532,32		1.532,32		
8265	Contencioso e notariado	734,97	74,97	660,00		
8267	Limpeza, higiene e conforto	273,34	273,34			
8268	Outros fornecimentos e serviços	1.725,23		1.725,23		
83	GASTOS COM O PESSOAL	90.415,36	7.123,38	83.291,98		
832	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	53.479,85	5.864,00	47.615,85		
A Transportar Classe		285.532,24	11.049,34	274.482,90		

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral		Pág. 5 de 6	
		Acumulado			
Terceiros	Não	Grau	Movimento		
Exercício	2018	Período	Dezembro	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.
Conta	1 à 9999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas	Nº Contribuinte	501481710
				CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.	
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
Transporte Classe		285.532,24	11.049,34	274.482,90	
6321	Pessoal-Vencimentos mensais SS 23.75%	30.586,57	1.975,00	28.611,57	
6322	Pessoal-Subsídio de Férias	4.399,98	2.075,00	2.324,98	
6324	Pessoal-Subsídio de Alimentação	4.339,20		4.339,20	
6326	Pessoal-Vencimentos mensais SS 16.4%	12.698,00	907,00	11.791,00	
6327	Sub.Férias 16,4%	1.400,00	907,00	493,00	
6329	Jantares Pessoal CCT	56,10		56,10	
634	Indemnizações	25.000,00		25.000,00	
635	Encargos sobre remunerações	10.621,43	1.259,38	9.362,05	
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	573,17		573,17	
638	Outros gastos com o pessoal	360,91		360,91	
6381	CANTINA	348,31		348,31	
6383	Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	12,60		12,60	
639	Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho	380,00		380,00	
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	800,00		800,00	
642	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	800,00		800,00	
6424	Equipamento de transporte	800,00		800,00	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	9.683,81		9.683,81	
681	IMPOSTOS	149,08		149,08	
6812	IMPOSTOS INDIRECTOS	149,08		149,08	
68123	IMPOSTO DO SELO	9,08		9,08	
681232	Imposto Selo (Outros)	9,08		9,08	
68124	Imposto sobre transportes rodoviários	140,00		140,00	
688	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	9.534,73		9.534,73	
6881	CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERI	6.214,00		6.214,00	
6883	Quotizações	1.236,00		1.236,00	
6885	Insuficiência da estimativa para impostos	1.381,63		1.381,63	
6888	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	703,10		703,10	
68883	MULTAS E PENALIDADES	703,10		703,10	
688831	Multas fiscais	703,10		703,10	
Total Classe		296.016,05	11.049,34	284.966,71	
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3.312,60	259.563,02		256.250,42
7211	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS-NACIONAIS		191.308,33		191.308,33
72113	Serviços-Nacionais-Normal (Continente)		43.893,36		43.893,36
72118	Serviços-Nacionais-Isentos (C/ Dedução)		147.414,97		147.414,97
7212	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS-COMUNITÁRIOS	755,50	67.448,70		66.693,20
72123	Serviços-Comunitários-Normal		14.684,30		14.684,30
72128	Serviços-Comunitários-Isentos de IVA	755,50	52.764,40		52.008,90
7213	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS-OUTROS	34,70	805,99		771,29
72133	Serviços-Outros-Normal	34,70	805,99		771,29
727	ACERTO DE SERVIÇOS	2.522,40		2.522,40	
7271	NACIONAL	2.382,40		2.382,40	
A Transportar Classe		3.312,60	259.563,02		256.250,42

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág. 6 de 6	
		Acumulado					
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte	501481710
Exercício	2018	Período	Dezembro	Tipo Saldo	Saldo das Somas	CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS, LDA.	
Conta	1	à	9999999999				
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos			
		Débito	Crédito	Débito	Crédito		
Transporte Classe		3.312,60	259.563,02		256.250,42		
72711	C/IVA	772,50		772,50			
72712	S/IVA	1.589,90		1.589,90			
7273	INTRACOMUNITÁRIO	160,00		160,00			
72731	S/IVA	160,00		160,00			
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.500,00	10.657,65		7.157,65		
787	REND. E GANHOS EM INV. NÃO FINANCEIROS	3.500,00	9.500,00		6.000,00		
7871	ALENAÇÕES	3.500,00	9.500,00		6.000,00		
78712	Alienação de imobilizações corpóreas	3.500,00	9.500,00		6.000,00		
788	OUTROS		1.157,65		1.157,65		
7881	Correcções relativas a exercicios anteriores		50,00		50,00		
7888	Outros não especificados		1.107,65		1.107,65		
78884	Outros não especificados		1.107,65		1.107,65		
Total Classe		6.812,60	270.220,67		263.408,07		
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.670,12	21.670,12				
818	Resultado Líquido	21.670,12	21.670,12				
Total Classe		21.670,12	21.670,12				
Total		2.088.444,42	2.088.444,42	557.023,32	557.023,32		

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág 1 de 5
		Acumulado				
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte 501481710
Exercício	2019	Período	Dezembro			CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.
Conta	1	à	9999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas	
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos		
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
11	CAIXA	59.452,90	58.473,72	979,18		
111	Caixa Porto	59.452,90	58.473,72	979,18		
112	Caixa Filial (Região Autónoma dos Açores)					
12	DEPÓSITOS À ORDEM	177.044,94	174.549,81	2.495,13		
121	BPI	187,99		187,99		
123	Millennium BCP	176.856,95	174.549,81	2.307,14		
Total Classe		236.497,84	233.023,53	3.474,31		
21	CLIENTES	349.957,83	314.985,82	34.971,81		
211	CLIENTES-CONTA CORRENTE	213.674,81	187.984,77	25.710,04		
2111	CLIENTES GERAIS	213.674,81	187.984,77	25.710,04		
21111	CLIENTES-CONTA CORRENTE-NACIONAIS	118.852,99	99.882,30	18.990,69		
21112	CLIENTES-CONTA CORRENTE-COMUNITÁRIOS	94.821,82	88.102,47	6.719,35		
217	CLIENTES-COBrança DUVIDOSA	136.282,82		136.282,82		
2173	CLIENTES-COBrança DUVIDOSA-OUTROS	136.282,82		136.282,82		
22	FORNECEDORES	115.101,27	129.073,99		13.972,72	
221	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE	115.101,27	129.073,99		13.972,72	
2211	FORNECEDORES GERAIS	115.101,27	129.073,99		13.972,72	
22111	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE-NACIONAIS	107.322,99	120.379,12		13.056,13	
22112	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE-COMUNITÁRIAS	7.778,28	8.694,87		916,59	
23	PESSOAL	43.278,81	43.278,81			
231	REMUNERAÇÕES A PAGAR	43.278,81	43.278,81			
2312	Remunerações a pagar ao pessoal	43.278,81	43.278,81			
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	74.953,40	80.705,58	14.247,84		
241	Imposto sobre o rendimento	12.522,80	2.008,80	10.518,00		
2411	Pagamento Especial por Conta	10.518,00		10.518,00		
2413	IRC estimado	1.003,40	1.003,40			
2416	Imposto a Liquidar	1.003,40	1.003,40			
242	RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS	1.987,94	2.308,94		321,00	
2421	Trabalho dependente	1.825,00	2.121,00		296,00	
2422	Trabalho independente	182,94	187,94		25,00	
243	IVA-IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	47.530,90	41.731,51	5.799,39		
2432	IVA-DEDUTÍVEL	11.888,05	11.888,05			
24323	IVA-DEDUTÍVEL-OUTROS BENS E SERVIÇOS	11.888,05	11.888,05			
243233	IVA-DEDUTÍVEL-OUTROS BENS SERVIÇOS (NORM)	11.888,05	11.888,05			
2432331	Dedutível-Outros B.S.-Normal-Nacionais	10.059,83	10.059,83			
2432332	Dedutível-Outros B.S.-Normal-Comunitários	1.828,22	1.828,22			
2432334	Dedutível-Outros B.S.-Regiões Autonomas					
2433	IVA-LIQUIDADO	5.989,16	5.989,16			
24331	IVA-LIQUIDADO-MERCADORIAS	1.828,22	1.828,22			
243313	IVA-LIQUIDADO-MERCADORIA (NORMAL)	1.828,22	1.828,22			
2433132	Liquidado-Mercaderia-Normal-Comunitários	1.828,22	1.828,22			
24332	IVA-LIQUIDADO-OUTROS BENS E SERVIÇOS	4.340,94	4.340,94			
A Transportar Classe		583.289,11	548.042,18	49.219,65	13.972,72	

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral		Pág. 2 de 5	
		Acumulado			
Terceiros	Não	Grau	Movimento		
Exercício	2019	Período	Dezembro	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.
Conta	1 à 9999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas	Nº Contribuinte	501481710
				CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS, LDA.	
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
Transporte Classe		583.289,11	548.042,18	49.219,65	13.972,72
243323	NA-LIQUIDADO-OUTROS BENS E SERVIÇOS (NO	4.340,94	4.340,94		
2433231	Liquidado-Outros B.S.-Normal-Nacionais	4.340,94	4.340,94		
2434	NA-REGULARIZAÇÕES	103,50	103,50		
24341	MENSAIS/TRIMESTRAIS A FAVOR DA EMPRESA	92,00	92,00		
243413	Regularizações-Normal-Favor da Empresa	92,00	92,00		
24342	MENSAIS/TRIMESTRAIS A FAVOR DO ESTADO	11,50	11,50		
243423	Regularizações-Normal-Favor do Estado	11,50	11,50		
2435	NA-APURAMENTO	9.871,38	9.871,38		
2437	NA-A RECUPERAR	4.071,99	4.071,99		
2438	NA-REEMBOLSOS PEDIDOS	15.826,82	10.027,43	5.799,39	
245	Contribuições para a segurança social	12.643,76	14.366,31		1.722,55
248	Outras tributações	268,00	292,00		24,00
2481	FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	247,90	270,10		22,20
24810001	Maria Manuel Raimundo Grave	88,80	96,20		7,40
24810002	Maria Gracinda Pereira Crespo Mota	92,50	101,75		9,25
24810004	Pedro Filipe Antão de Oliveira	66,60	72,15		5,55
2482	FUNDO DE GARANTIA DE COMPENSAÇÃO DO TR	20,10	21,90		1,80
24820001	Maria Manuel Raimundo Grave	7,20	7,80		,60
24820002	Maria Gracinda Pereira Crespo Mota	7,50	8,25		,75
24820004	Pedro Filipe Antão de Oliveira	5,40	5,85		,45
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	11.574,58	14.149,16		2.574,58
272	DEVEDORES E CREDITORES POR ACRÉSCIMOS	7.074,58	14.149,16		7.074,58
2722	Credores por acréscimos de gastos	7.074,58	14.149,16		7.074,58
27222	Acréscimos de custos-Remunerações a liquidar	5.799,98	11.599,98		5.799,98
27224	Acréscimos de custos-Encargos c/ remunerações	1.274,60	2.549,20		1.274,60
278	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	4.500,00		4.500,00	
2788	Devedores e credores diversos	4.500,00		4.500,00	
27881	Garantia Alf.Freixeiro (Arm.Exp)	2.500,00		2.500,00	
27883	Garantia Galp	2.000,00		2.000,00	
28	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	736,89	615,90	120,99	
281	GASTOS A RECONHECER	736,89	615,90	120,99	
2811	Seguros	736,89	615,90	120,99	
Total Classe		595.600,58	562.807,24	49.340,64	16.547,30
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1.207,59	475,22	732,37	
414	INVESTIMENTOS NOUTRAS EMPRESAS	732,37		732,37	
4149	Fundo de Compensação do Trabalho	732,37		732,37	
415	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	475,22	475,22		
4157	Fundo de Compensação do Trabalho	475,22	475,22		
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	9.170,15	6.970,15	2.200,00	
434	Equipamento de transporte	5.500,00		5.500,00	
435	Equipamento administrativo	3.491,18		3.491,18	
A Transportar Classe		10.377,74	7.445,37	2.932,37	

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág. 3 de 5
		Acumulado				
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte 501481710
Exercício	2019	Período	Dezembro	Tipo Saldo	Saldo das Somas	CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS, LDA.
Conta	1 à 9999999999					
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos		
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
Transporte Classe		10.377,74	7.445,37	2.932,37		
437	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	178,97		178,97		
4371	Ferramentas e utensílios	178,97		178,97		
438	DEPRECIACÕES ACUMULADAS		6.970,15		6.970,15	
4384	Equipamento de transporte		3.300,00		3.300,00	
4385	Equipamentos administrativos		3.491,18		3.491,18	
4387	Outros activos fixos tangíveis		178,97		178,97	
43871	Ferramentas e utensílios		178,97		178,97	
Total Classe		10.377,74	7.445,37	2.932,37		
51	CAPITAL		140.000,00		140.000,00	
511	Capital Social		140.000,00		140.000,00	
5111	Antonio Oliveira Ribeiro		10.000,00		10.000,00	
5112	Fernando Carlos Rebelo Crespo		10.000,00		10.000,00	
5113	Manuel Fernando Pereira Crespo		110.000,00		110.000,00	
5114	Patricia Clara Rebelo Crespo Sousa Pinto		10.000,00		10.000,00	
53	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO		73.500,00		73.500,00	
531	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES		73.500,00		73.500,00	
5311	Manuel Crespo		73.500,00		73.500,00	
55	RESERVAS		14.464,46		14.464,46	
551	Reservas legais		14.464,46		14.464,46	
56	RESULTADOS TRANSITADOS	405.059,61	198.972,82	206.086,79		
562000	Res.Transit.até 2000	52.188,08		52.188,08		
562001	Res.Transit.2001	15.216,29		15.216,29		
562002	Res.Transit.2002		541,86		541,86	
562003	Res.Transit.2003		9.849,81		9.849,81	
562004	Res.Transit.2004	20.581,91		20.581,91		
562005	Res.Transit.2005	29.259,82		29.259,82		
562006	Res.Transit.2006		70.092,21		70.092,21	
562007	Res.Transit.2007		16.120,99		16.120,99	
562008	Res.Transit.2008	171.732,30		171.732,30		
562009	Res.Transit.2009		3.429,94		3.429,94	
562010	Resultados Transitados 2010		14.798,24		14.798,24	
562011	Resultado Transitado 2011	16.058,20		16.058,20		
562012	Resultados Transitados 2012		76.914,69		76.914,69	
562013	Resultados Transitados 2013	3.289,62		3.289,62		
562014	Resultados Transitados 2014	1.295,31		1.295,31		
562015	Resultados Transitados 2015	51.707,62		51.707,62		
562016	Res. Transit. 2016		7.225,08		7.225,08	
562017	Res. Trans. 2017	21.670,12		21.670,12		
562018	Transf. Res. 2018	22.060,34		22.060,34		
Total Classe		405.059,61	426.937,28	206.086,79	227.964,46	

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral		Pág. 4 de 5	
		Acumulado			
Terceiros	Não	Grau	Movimento		
Exercício	2019	Período	Dezembro	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.
Conta	1 à 9999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas	Nº Contribuinte	501481710
				CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.	
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	74.390,27	1.238,97	73.151,30	
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	5.885,09		5.885,09	
6221	Trabalhos especializados	2.375,00		2.375,00	
6224	Honorários	640,00		640,00	
6226	Conservação e reparação	2.675,49		2.675,49	
62261	Conservação e reparação - Nacional	2.675,49		2.675,49	
6227	Serviços bancários	194,60		194,60	
623	MATERIAIS	1.145,98		1.145,98	
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	705,02		705,02	
6233	Material de escritório	440,96		440,96	
624	ENERGIA E FLUIDOS	16.960,22		16.960,22	
6242	COMBUSTÍVEIS	16.960,22		16.960,22	
62421	COMBUSTÍVEIS-IVA DEDUTÍVEL	16.960,22		16.960,22	
624212	Combustíveis-IVA Dedutível (100%)	16.960,22		16.960,22	
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	34.492,53	1.238,97	33.253,56	
6251	Deslocações e estadias	1.471,52		1.471,52	
6251001	Deslocações em Trabalho Hotel	720,50		720,50	
6251002	Deslocações em Trabalho Refeições	53,40		53,40	
6251003	Deslocações e estadias em trabalho avião	697,62		697,62	
6253	Transportes de mercadorias	29.521,59	790,00	28.731,59	
6254	Via Verde	686,21		686,21	
6256	Outros	2.811,21	448,97	2.362,24	
626	SERVIÇOS DIVERSOS	15.906,45		15.906,45	
6261	Rendas e alugures	1.665,96		1.665,96	
62614	Renting 31400138 Panasonic Lisboa	305,04		305,04	
62615	Prosonic UTAX	1.360,92		1.360,92	
6262	Comunicação	1.178,92		1.178,92	
6263	Seguros	4.104,93		4.104,93	
62631	Automóvel	2.572,82		2.572,82	
62632	Responsabilidade Civil Transitário	1.532,11		1.532,11	
6265	Contencioso e notariado	642,50		642,50	
6267	Limpeza, higiene e conforto	86,04		86,04	
6268	Outros Serviços	8.228,10		8.228,10	
63	GASTOS COM O PESSOAL	67.500,75	7.234,58	60.266,17	
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	51.852,34	5.799,98	46.052,36	
6321	Pessoal-Vencimentos mensais SS 23.75%	22.999,99	1.400,00	21.599,99	
6322	Pessoal-Subsídio de Férias	4.399,98	1.649,98	2.750,00	
6324	Pessoal-Subsídio de Alimentação	4.595,37		4.595,37	
6326	Pessoal-Vencimentos mensais SS 16,4%	18.457,00	1.350,00	17.107,00	
6327	Sub.Férias 16,4%	1.400,00	1.400,00		
634	Indemnizações	5.000,00		5.000,00	
635	Encargos sobre remunerações	9.764,08	1.274,60	8.489,48	
A Transportar Classe		141.891,02	8.473,55	133.417,47	

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral		Pág. 5 de 5	
		Acumulado			
Terceiros	Não	Grau	Movimento		
Exercício	2019	Período	Dezembro	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.
Conta	1 à 999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas	Nº Contribuinte	501481710
				CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.	
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
Transporte Classe		141.891,02	8.473,55	133.417,47	
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	481,72		481,72	
638	Outros gastos com o pessoal	242,61		242,61	
6381	CANTINA	61,76		61,76	
6382	Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho	160,00		160,00	
6383	Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	20,85		20,85	
639	Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho	160,00	160,00		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	1.385,69		1.385,69	
681	IMPOSTOS	149,69		149,69	
6812	IMPOSTOS INDIRECTOS	149,69		149,69	
68123	IMPOSTO DO SELO	7,86		7,86	
681232	Imposto Selo (Outros)	7,86		7,86	
68124	Imposto sobre transportes rodoviários	141,83		141,83	
688	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	1.236,00		1.236,00	
6883	Quotizações	1.236,00		1.236,00	
Total Classe		143.276,71	8.473,55	134.803,16	
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	627,90	152.753,41		152.125,51
7211	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS-NACIONAIS		54.419,23		54.419,23
72113	Serviços-Nacionais-Normal (Contínente)		13.783,70		13.783,70
72118	Serviços-Nacionais-Isentos (C/ Dedução)		40.635,53		40.635,53
7212	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS-COMUNITÁRIOS		98.193,28		98.193,28
72123	Serviços-Comunitários-Normal		12.316,31		12.316,31
72128	Serviços-Comunitários-Isentos de IVA		85.876,97		85.876,97
7213	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS-OUTROS		140,90		140,90
72133	Serviços-Outros-Normal		140,90		140,90
727	ACERTO DE SERVIÇOS	627,90		627,90	
7271	NACIONAL	602,90		602,90	
72711	C/IVA	400,00		400,00	
72712	S/IVA	202,90		202,90	
7273	INTRACOMUNITÁRIO	25,00		25,00	
72731	S/IVA	25,00		25,00	
Total Classe		627,90	152.753,41	152.125,51	
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22.060,34	22.060,34		
811	Resultado antes de impostos	21.558,64	21.558,64		
812	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	501,70	501,70		
8121	Imposto estimado para o período	501,70	501,70		
Total Classe		22.060,34	22.060,34		
Total		1.413.500,72	1.413.500,72	396.637,27	396.637,27

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág. 1 de 6	
		Acumulado					
Tercetos	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte	501481710
Exercício	2020	Período	Dezembro	Tipo Saldo	Saldo das Somas	CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS, LDA.	
Conta	1	à	999999999				
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos			
		Débito	Crédito	Débito	Crédito		
11	CADCA	8.896,74	7.958,83	937,91			
111	Caixa Porto	8.896,74	7.958,83	937,91			
112	Caixa Filial (Região Autónoma dos Açores)						
12	DEPÓSITOS À ORDEM	116.784,34	111.785,58	4.998,76			
121	BPI	187,99		187,99			
123	Millennium BCP	116.576,35	111.785,58	4.810,77			
Total Classe		125.681,08	119.724,41	5.936,67			
21	CLIENTES	290.220,86	233.279,06	56.941,80			
211	CLIENTES-CONTA CORRENTE	153.938,04	108.258,01	47.680,03			
2111	CLIENTES GERAIS	153.938,04	108.258,01	47.680,03			
21111	CLIENTES-CONTA CORRENTE-NACIONAIS	63.821,84	45.180,89	18.680,75			
21112	CLIENTES-CONTA CORRENTE-COMUNITÁRIOS	90.116,40	61.097,12	29.019,28			
217	CLIENTES-COBrança DUVIDOSA	136.282,82		136.282,82			
2173	CLIENTES-COBrança DUVIDOSA-OUTROS	136.282,82		136.282,82			
22	FORNECEDORES	49.696,83	57.243,37		7.546,54		
221	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE	49.696,83	57.243,37		7.546,54		
2211	FORNECEDORES GERAIS	49.696,83	57.243,37		7.546,54		
22111	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE-NACIONAIS	47.186,70	54.451,78		7.285,08		
22112	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE-COMUNITÁR	2.530,13	2.791,59		261,46		
23	PESSOAL	35.739,91	82.984,52		47.244,61		
231	REMUNERAÇÕES A PAGAR	35.739,91	35.739,91				
2312	Remunerações a pagar ao pessoal	35.739,91	35.739,91				
238	OUTRAS OPERAÇÕES		47.244,61		47.244,61		
2382	Outras operações com o pessoal		47.244,61		47.244,61		
23821	Indemnização Maria Gracinda Pereira Mota Crespi		33.750,00		33.750,00		
23822	Indemnização Maria Manuel Raimundo Grave		6.180,00		6.180,00		
23823	Indemnização Domingos Luis Silva Salgueiro		2.537,11		2.537,11		
23824	Indemnização Pedro Filipe Antão de Oliveira		4.797,50		4.797,50		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	61.811,86	48.332,19	13.479,67			
241	Imposto sobre o rendimento	10.398,67	474,79	9.921,88			
2411	Pagamento Especial por Conta	9.921,88		9.921,88			
241101	Pagamento especial por conta	9.704,88		9.704,88			
241102	Pagamento por conta	217,00		217,00			
2416	Imposto a Liquidar	474,79	474,79				
242	RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS	1.513,50	1.814,00		300,50		
2421	Trabalho dependente	1.351,00	1.639,00		288,00		
2422	Trabalho independente	162,50	175,00		12,50		
243	IVA-IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	41.123,05	35.725,17	5.397,88			
2432	IVA-DEDUTÍVEL	9.084,07	9.084,07				
24323	IVA-DEDUTÍVEL-OUTROS BENS E SERVIÇOS	9.084,07	9.084,07				
243233	IVA-DEDUTÍVEL-OUTROS BENS SERVIÇOS (NOR)	9.084,07	9.084,07				
2432331	Dedutível-Outros B.S.-Normal-Nacionais	8.652,82	8.652,82				
A Transportar Classe		437.489,46	421.839,14	70.421,47	54.791,15		

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral		Pág. 2 de 6	
		Acumulado			
Terceiros	Não	Grau	Movimento		
Exercício	2020	Período	Dezembro	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.
Conta	1 à 9999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas	Nº Contribuinte	501481710
				CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.	
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
Transporte Classe		437.469,46	421.839,14	70.421,47	54.791,15
2432332	Dedutível-Outros B.S.-Normal-Comunitários	431,25	431,25		
2432334	Dedutível-Outros B.S.- Regiões Autônomas				
2433	IVA-LIQUIDADO	3.549,11	3.549,11		
24331	IVA-LIQUIDADO-MERCADORIAS	431,25	431,25		
243313	IVA-LIQUIDADO-MERCADORIA (NORMAL)	431,25	431,25		
2433132	Liquidado-Mercadoria-Normal-Comunitários	431,25	431,25		
24332	IVA-LIQUIDADO-OUTROS BENS E SERVIÇOS	3.117,86	3.117,86		
243323	IVA-LIQUIDADO-OUTROS BENS E SERVIÇOS (NO	3.117,86	3.117,86		
2433231	Liquidado-Outros B.S.-Normal-Nacionais	3.117,86	3.117,86		
2434	IVA-REGULARIZAÇÕES	142,14	142,14		
24341	MENSAIS/TRIMESTRAIS A FAVOR DA EMPRESA	2,53	2,53		
243413	Regularizações-Normal-Favor da Empresa	2,53	2,53		
24342	MENSAIS/TRIMESTRAIS A FAVOR DO ESTADO	139,61	139,61		
243423	Regularizações-Normal-Favor do Estado	139,61	139,61		
2435	IVA-APURAMENTO	11.274,17	11.274,17		
2437	IVA-A RECUPERAR	5.876,29	5.876,29		
2438	IVA-REEMBOLSOS PEDIDOS	11.197,27	5.799,39	5.397,88	
245	Contribuições para a segurança social	8.478,64	9.992,73		1.514,09
248	Outras tributações	300,00	325,50		25,50
2481	FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	277,52	301,11		23,59
24810001	Maria Manuel Raimundo Grave	88,80	96,20		7,40
24810002	Maria Gracinda Pereira Crespo Mota	111,00	120,25		9,25
24810004	Pedro Filipe Antão de Oliveira	77,72	84,66		6,94
2482	FUNDO DE GARANTIA DE COMPENSAÇÃO DO TR	22,48	24,39		1,91
24820001	Maria Manuel Raimundo Grave	7,20	7,80		,60
24820002	Maria Gracinda Pereira Crespo Mota	9,00	9,75		,75
24820004	Pedro Filipe Antão de Oliveira	6,28	6,84		,56
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	18.694,49	15.618,68	3.075,81	
272	DEVEDORES E CREDORES POR ACRÉSCIMOS	7.074,58	7.074,58		
2722	Credores por acréscimos de gastos	7.074,58	7.074,58		
27222	Acréscimos de custos-Remunerações a liquidar	5.799,98	5.799,98		
27224	Acréscimos de custos-Encargos c/ remunerações	1.274,60	1.274,60		
278	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	11.619,91	8.544,10	3.075,81	
2788	Devedores e credores diversos	11.619,91	8.544,10	3.075,81	
27881	Garantia Alf.Freixeiro (Arm.Exp)	2.500,00	2.500,00		
27883	Garantia Galp	2.000,00		2.000,00	
27884	Segurança Social Lay-off	6.044,10	6.044,10		
27885	Solicitador proc.Naviangra	1.075,81		1.075,81	
28	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	120,99	120,99		
281	GASTOS A RECONHECER	120,99	120,99		
2811	Seguros	120,99	120,99		
Total Classe		456.284,94	437.578,81	73.497,28	54.791,15

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral			Pág. 3 de 6	
Acumulado						
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte 501481710
Exercício	2020	Período	Dezembro	Tipo Saldo	Saldo das Somas	CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.
Conta	1 à 9999999999					

Conta	Descrição	Acumulado		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1.011,28		1.011,28	
414	INVESTIMENTOS NOOUTRAS EMPRESAS	1.011,28		1.011,28	
4149	Fundo de Compensação do Trabalho	1.011,28		1.011,28	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	9.170,15	7.770,15	1.400,00	
434	Equipamento de transporte	5.500,00		5.500,00	
435	Equipamento administrativo	3.491,18		3.491,18	
437	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	178,97		178,97	
4371	Ferramentas e utensílios	178,97		178,97	
438	DEPRECIACÕES ACUMULADAS		7.770,15		7.770,15
4384	Equipamento de transporte		4.100,00		4.100,00
4385	Equipamentos administrativos		3.491,18		3.491,18
4387	Outros activos fixos tangíveis		178,97		178,97
43871	Ferramentas e utensílios		178,97		178,97

Total Classe		10.181,43	7.770,15	2.411,28	
---------------------	--	------------------	-----------------	-----------------	--

51	CAPITAL		140.000,00		140.000,00
511	Capital Social		140.000,00		140.000,00
5111	Antonio Oliveira Ribeiro		10.000,00		10.000,00
5112	Fernando Carlos Rebelo Crespo		10.000,00		10.000,00
5113	Manuel Fernando Pereira Crespo		110.000,00		110.000,00
5114	Patricia Clara Rebelo Crespo Sousa Pinto		10.000,00		10.000,00
53	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO		73.500,00		73.500,00
531	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES		73.500,00		73.500,00
5311	Manuel Crespo		73.500,00		73.500,00
55	RESERVAS		15.226,28		15.226,28
551	Reservas legais		15.226,28		15.226,28
56	RESULTADOS TRANSITADOS	405.059,61	213.447,44	191.612,17	
562000	Res.Transit.até 2000	52.188,08		52.188,08	
562001	Res.Transit.2001	15.216,29		15.216,29	
562002	Res.Transit.2002		541,86		541,86
562003	Res.Transit.2003		9.849,81		9.849,81
562004	Res.Transit.2004	20.581,91		20.581,91	
562005	Res.Transit.2005	29.259,82		29.259,82	
562006	Res.Transit.2006		70.092,21		70.092,21
562007	Res.Transit.2007		16.120,99		16.120,99
562008	Res.Transit.2008	171.732,30		171.732,30	
562009	Res.Transit.2009		3.429,94		3.429,94
562010	Resultados Transitados 2010		14.796,24		14.796,24
562011	Resultado Transitado 2011	16.058,20		16.058,20	
562012	Resultados Transitados 2012		76.914,69		76.914,69
562013	Resultados Transitados 2013	3.289,62		3.289,62	
562014	Resultados Transitados 2014	1.295,31		1.295,31	
562015	Resultados Transitados 2015	51.707,62		51.707,62	

A Transportar Classe		405.059,61	442.173,72	191.612,17	228.726,28
-----------------------------	--	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág. 4 de 6
		Acumulado				
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte 501481710
Exercício	2020	Período	Dezembro	Tipo Saldo	Saldo das Somas	CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.
Conta	1 à 9999999999					
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos		
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
Transporte Classe		405.059,61	442.173,72	191.612,17	228.726,28	
562016	Res. Transit. 2016		7.225,08		7.225,08	
562017	Res. Trans. 2017	21.670,12		21.670,12		
562018	Transf. Res. 2018	22.060,34		22.060,34		
562019	Res.Trans. 2019		14.474,62		14.474,62	
Total Classe		405.059,61	442.173,72	191.612,17	228.726,28	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	52.682,62	631,50	52.251,12		
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	12.262,62		12.262,62		
6221	Trabalhos especializados	3.070,23		3.070,23		
6224	Honorários	600,00		600,00		
6226	Conservação e reparação	8.427,89		8.427,89		
62261	Conservação e reparação - Nacional	8.427,89		8.427,89		
6227	Serviços bancários	164,50		164,50		
623	MATERIAIS	470,88		470,88		
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	159,10		159,10		
6233	Material de escritório	135,19		135,19		
6236	Outros	176,59		176,59		
624	ENERGIA E FLUIDOS	8.726,12		8.726,12		
6242	COMBUSTÍVEIS	8.726,12		8.726,12		
62421	COMBUSTÍVEIS-IVA DEDUTÍVEL	8.701,75		8.701,75		
624212	Combustíveis-IVA Dedutível (100%)	8.701,75		8.701,75		
62422	COMBUSTÍVEIS-IVA NÃO DEDUTÍVEL	26,37		26,37		
624221	COMBUSTÍVEIS-IVA NÃO DEDUTÍVEL	26,37		26,37		
6242212	Combustíveis-IVA Não Dedutível (Art.º 21º-1B-CV)	26,37		26,37		
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	15.280,59	607,00	14.653,59		
6251	Deslocações e estadas	949,00		949,00		
6251001	Deslocações em Trabalho Hotel	949,00		949,00		
6253	Transportes de mercadorias	12.456,30	607,00	11.849,30		
6254	Via Verde	555,07		555,07		
6256	Outros	1.300,22		1.300,22		
626	SERVIÇOS DIVERSOS	16.160,41	24,50	16.135,91		
6261	Rendas e alugures	340,23		340,23		
62615	Prosonic UTAX	340,23		340,23		
6262	Comunicação	1.051,16		1.051,16		
6263	Seguros	3.073,52		3.073,52		
62631	Automóvel	2.182,90		2.182,90		
62632	Responsabilidade Civil Transitário	890,62		890,62		
6265	Contencioso e notariado	656,00		656,00		
6266	Outros Serviços	11.039,50	24,50	11.015,00		
63	GASTOS COM O PESSOAL	93.573,38	7.074,58	86.498,80		
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	40.535,03	5.799,98	34.735,05		
6321	Pessoal-Vencimentos mensais SS 23.75%	19.519,36	4.399,98	15.119,38		
A Transportar Classe		146.456,00	7.706,08	138.749,92		

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág. 5 de 6	
		Acumulado					
Terceiros	Não	Grau	Movimento				
Exercício	2020	Período	Dezembro	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte	501481710
Conta	1 à 9999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas			CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.	
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos			
		Débito	Crédito	Débito	Crédito		
Transporte Classe		146.456,00	7.706,08	138.749,92			
6324	Pessoal-Subsídio de Alimentação	3.615,66		3.615,66			
6326	Pessoal-Vencimentos mensais SS 16,4%	17.400,01	1.400,00	16.000,01			
634	Indemnizações	47.244,61		47.244,61			
635	Encargos sobre remunerações	4.818,06	1.274,60	3.543,46			
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	569,61		569,61			
638	Outros gastos com o pessoal	406,07		406,07			
6381	CANTINA	356,12		356,12			
6383	Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	22,59		22,59			
6384	Outros	27,36		27,36			
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	1.424,75		1.424,75			
681	IMPOSTOS	188,75		188,75			
6812	IMPOSTOS INDIRECTOS	148,75		148,75			
68123	IMPOSTO DO SELO	6,58		6,58			
681232	Imposto Selo (Outros)	6,58		6,58			
68124	Imposto sobre transportes rodoviários	142,17		142,17			
6813	TAXAS	40,00		40,00			
688	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	1.236,00		1.236,00			
6883	Quotizações	1.236,00		1.236,00			
Total Classe		147.880,75	7.706,08	140.174,67			
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.039,60	101.925,83		100.886,23		
7211	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS-NACIONAIS		36.459,78		36.459,78		
72113	Serviços-Nacionais-Normal (Continente)		12.141,90		12.141,90		
72118	Serviços-Nacionais-Isentos (C/ Dedução)		24.317,88		24.317,88		
7212	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS-COMUNITÁRIOS	156,00	65.466,05		65.310,05		
72123	Serviços-Comunitários-Normal	11,00	5.069,00		5.058,00		
72128	Serviços-Comunitários-Isentos de IVA	145,00	60.397,05		60.252,05		
727	ACERTO DE SERVIÇOS	683,60		683,60			
7271	NACIONAL	683,60		683,60			
72712	S/IVA	683,60		683,60			
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		6.044,10		6.044,10		
751	Do estado e outros entes públicos		6.044,10		6.044,10		
7511	Lay-off Suspensão		2.847,60		2.847,60		
7512	Lay-off Redução		3.196,50		3.196,50		
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		23.184,31		23.184,31		
788	OUTROS		23.184,31		23.184,31		
7888	Outros não especificados		23.184,31		23.184,31		
78884	Outros não especificados		23.184,31		23.184,31		
Total Classe		1.039,60	131.154,24	130.114,64			
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.236,44	15.236,44				
818	Resultado Líquido	15.236,44	15.236,44				
Total Classe		15.236,44	15.236,44				
Total		1.161.343,85	1.161.343,85	413.632,07	413.632,07		

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág. 1 de 5
		Acumulado				
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte
Exercício	2021	Período	Junho			501481710
Conta	1	à	999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas	CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS, LDA.
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos		
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
11	CADCA	1.862,11	1.215,58	646,53		
111	Caixa Porto	1.862,11	1.215,58	646,53		
112	Caixa Filial (Região Autónoma dos Açores)					
12	DEPÓSITOS À ORDEM	50.337,34	31.921,99	18.415,35		
121	BPI	187,99		187,99		
123	Milennium BCP	50.149,35	31.921,99	18.227,36		
Total Classe		52.199,45	33.137,57	19.061,88		
21	CLIENTES	195.604,61	170.564,36	25.040,25		
211	CLIENTES-CONTA CORRENTE	59.321,79	43.543,31	15.778,48		
2111	CLIENTES GERAIS	59.321,79	43.543,31	15.778,48		
21111	CLIENTES-CONTA CORRENTE-NACIONAIS	30.302,51	16.071,21	14.231,30		
21112	CLIENTES-CONTA CORRENTE-COMUNITÁRIOS	29.019,28	27.472,10	1.547,18		
217	CLIENTES-COBrança DUVIDOSA	136.282,82		136.282,82		
2173	CLIENTES-COBrança DUVIDOSA-OUTROS	136.282,82		136.282,82		
22	FORNECEDORES	5.926,91	10.987,75		5.040,84	
221	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE	5.926,91	10.987,75		5.040,84	
2211	FORNECEDORES GERAIS	5.926,91	10.987,75		5.040,84	
22111	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE-NACIONAIS	5.926,91	10.656,29		4.729,38	
22112	FORNECEDORES-CONTA CORRENTE-COMUNITÁR		311,46		311,46	
23	PESSOAL	19.494,61	47.244,61		27.750,00	
238	OUTRAS OPERAÇÕES	19.494,61	47.244,61		27.750,00	
2382	Outras operações com o pessoal	19.494,61	47.244,61		27.750,00	
23821	Indemnização Maria Gracinda Pereira Mota Crespi	6.000,00	33.750,00		27.750,00	
23822	Indemnização Maria Manuel Ramundo Grave	6.180,00	6.180,00			
23823	Indemnização Domingos Luis Silva Salgueiro	2.537,11	2.537,11			
23824	Indemnização Pedro Filipe Antão de Oliveira	4.797,50	4.797,50			
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	17.153,86	10.504,26	6.649,60		
241	Imposto sobre o rendimento	7.880,78	449,52	7.431,26		
2411	Pagamento Especial por Conta	7.880,78		7.880,78		
241101	Pagamento especial por conta	7.880,78		7.880,78		
2416	Imposto a Líquider		449,52		449,52	
242	RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS	365,50	378,00		12,50	
2421	Trabalho dependente	288,00	288,00			
2422	Trabalho independente	77,50	90,00		12,50	
243	NA-IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	7.393,49	8.137,15		743,66	
2432	NA-DEDUTÍVEL	968,66	496,79	470,07		
24323	NA-DEDUTÍVEL-OUTROS BENS E SERVIÇOS	968,66	496,79	470,07		
243233	NA-DEDUTÍVEL-OUTROS BENS SERVIÇOS (NOR)	968,66	496,79	470,07		
2432331	Dedutível-Outros B.S.-Normal-Nacionais	957,36	487,29	470,07		
2432332	Dedutível-Outros B.S.-Normal-Comunitários	11,50	11,50			
2432334	Dedutível-Outros B.S.- Regiões Autonomas					
2433	NA-LIQUIDADO	530,90	2.176,26		1.645,36	
A Transportar Classe		238.179,99	239.280,98	31.689,85	32.790,84	

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral		Pág. 2 de 5	
		Acumulado			
Terceiros	Não	Grau	Movimento		
Exercício	2021	Período	Junho	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.
Conta	1 à 9999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas	Nº Contribuinte	501481710
				CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS. LDA.	
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
Transporte Classe		238.179,99	239.280,98	31.689,85	32.790,84
2433	NA-LIQUIDADO	530,90	2.176,26		1.645,36
24331	NA-LIQUIDADO-MERCADORIAS	11,50	11,50		
243313	NA-LIQUIDADO-MERCADORIA (NORMAL)	11,50	11,50		
2433132	Liquidado-Mercadoria-Normal-Comunitários	11,50	11,50		
24332	NA-LIQUIDADO-OUTROS BENS E SERVIÇOS	519,40	2.164,76		1.645,36
243323	NA-LIQUIDADO-OUTROS BENS E SERVIÇOS (NO	519,40	2.164,76		1.645,36
2433231	Liquidado-Outros B.S.-Normal-Nacionais	519,40	2.164,76		1.645,36
2434	NA-REGULARIZAÇÕES	431,63		431,63	
24341	MENSAIS/TRIMESTRAIS A FAVOR DA EMPRESA	431,63		431,63	
243413	Regularizações-Normal-Favor da Empresa	431,63		431,63	
2435	NA-APURAMENTO	32,11	32,11		
2436	NA-A PAGAR	32,11	32,11		
2438	NA-REEMBOLSOS PEDIDOS	5.397,88	5.397,88		
245	Contribuições para a segurança social	1.514,09	1.514,09		
248	Outras tributações		25,50		25,50
2481	FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO		23,59		23,59
24810001	Maria Manuel Raimundo Grave		7,40		7,40
24810002	Maria Gracinda Pereira Crespo Mota		9,25		9,25
24810004	Pedro Filipe Antão de Oliveira		6,94		6,94
2482	FUNDO DE GARANTIA DE COMPENSAÇÃO DO TR		1,91		1,91
24820001	Maria Manuel Raimundo Grave		,60		,60
24820002	Maria Gracinda Pereira Crespo Mota		,75		,75
24820004	Pedro Filipe Antão de Oliveira		,56		,56
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	3.075,81		3.075,81	
278	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	3.075,81		3.075,81	
2788	Devedores e credores diversos	3.075,81		3.075,81	
27883	Garantia Galp	2.000,00		2.000,00	
27885	Solicitador proc.Naviangra	1.075,81		1.075,81	
Total Classe		241.255,80	239.280,98	34.765,66	32.790,84
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1.011,28		1.011,28	
414	INVESTIMENTOS NOUTRAS EMPRESAS	1.011,28		1.011,28	
4149	Fundo de Compensação do Trabalho	1.011,28		1.011,28	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	9.170,15	8.570,15	600,00	
434	Equipamento de transporte	5.500,00		5.500,00	
435	Equipamento administrativo	3.491,18		3.491,18	
437	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	178,97		178,97	
4371	Ferramentas e utensílios	178,97		178,97	
438	DEPRECIACÕES ACUMULADAS		8.570,15		8.570,15
4384	Equipamento de transporte		4.900,00		4.900,00
4385	Equipamentos administrativos		3.491,18		3.491,18
4387	Outros activos fixos tangíveis		178,97		178,97
A Transportar Classe		10.181,43	8.570,15	1.611,28	

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág. 3 de 5
		Acumulado				
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte 501461710
Exercício	2021	Período	Junho	Conta	1 à 9999999999	Tipo Saldo Saldo das Somas CRESOTIR - TRANSITÁRIOS, LDA.
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos		
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
Transporte Classe		10.181,43	8.570,15	1.611,28		
4387	Outros activos fixos tangíveis		178,97		178,97	
43871	Ferramentas e utensílios		178,97		178,97	
Total Classe		10.181,43	8.570,15	1.611,28		
51	CAPITAL		140.000,00		140.000,00	
511	Capital Social		140.000,00		140.000,00	
5111	Antonio Oliveira Ribeiro		10.000,00		10.000,00	
5112	Fernando Carlos Rebelo Crespo		10.000,00		10.000,00	
5113	Manuel Fernando Pereira Crespo		110.000,00		110.000,00	
5114	Patricia Clara Rebelo Crespo Sousa Pinto		10.000,00		10.000,00	
53	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO		73.500,00		73.500,00	
531	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES		73.500,00		73.500,00	
5311	Manuel Crespo		73.500,00		73.500,00	
55	RESERVAS		15.226,28		15.226,28	
551	Reservas legais		15.226,28		15.226,28	
56	RESULTADOS TRANSITADOS	405.059,61	213.447,44	191.612,17		
562000	Res.Transit.até 2000	52.188,08		52.188,08		
562001	Res.Transit.2001	15.216,29		15.216,29		
562002	Res.Transit.2002		541,86		541,86	
562003	Res.Transit.2003		9.849,61		9.849,61	
562004	Res.Transit.2004	20.581,91		20.581,91		
562005	Res.Transit.2005	29.259,82		29.259,82		
562006	Res.Transit.2006		70.092,21		70.092,21	
562007	Res.Transit.2007		16.120,99		16.120,99	
562008	Res.Transit.2008	171.732,30		171.732,30		
562009	Res.Transit.2009		3.429,94		3.429,94	
562010	Resultados Transitados 2010		14.798,24		14.798,24	
562011	Resultado Transitado 2011	16.058,20		16.058,20		
562012	Resultados Transitados 2012		76.914,69		76.914,69	
562013	Resultados Transitados 2013	3.289,62		3.289,62		
562014	Resultados Transitados 2014	1.295,31		1.295,31		
562015	Resultados Transitados 2015	51.707,62		51.707,62		
562016	Res. Transit. 2016		7.225,08		7.225,08	
562017	Res. Trans. 2017	21.670,12		21.670,12		
562018	Transf. Res. 2018	22.060,34		22.060,34		
562019	Res.Trans. 2019		14.474,62		14.474,62	
Total Classe		405.059,61	442.173,72	191.612,17	228.726,28	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	7.587,99		7.587,99		
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	2.464,19		2.464,19		
6221	Trabalhos especializados	1.565,00		1.565,00		
6224	Honorários	310,00		310,00		
A Transportar Classe		7.587,99		7.587,99		

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág. 4 de 5
		Acumulado				
Terceiros	Não	Grau	Movimento			
Exercício	2021	Período	Junho	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte 501481710
Conta	1 à 9999999999	Tipo Saldo	Saldo das Somas			CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS, LDA.
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos		
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
Transporte Classe		7.587,99		7.587,99		
6226	Conservação e reparação	511,19		511,19		
62261	Conservação e reparação - Nacional	511,19		511,19		
6227	Serviços bancários	78,00		78,00		
623	MATERIAIS	8,12		8,12		
6233	Material de escritório	8,12		8,12		
624	ENERGIA E FLUIDOS	798,25		798,25		
6242	COMBUSTÍVEIS	798,25		798,25		
62421	COMBUSTÍVEIS-IVA DEDUTÍVEL	798,25		798,25		
624212	Combustíveis-IVA Dedutível (100%)	798,25		798,25		
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	1.169,09		1.169,09		
6253	Transportes de mercadorias	1.009,15		1.009,15		
6254	Via Verde	82,39		82,39		
6258	Outros	77,55		77,55		
626	SERVIÇOS DIVERSOS	3.148,34		3.148,34		
6262	Comunicação	351,86		351,86		
6263	Seguros	2.736,63		2.736,63		
62631	Automóvel	2.107,15		2.107,15		
62632	Responsabilidade Civil Transitário	629,48		629,48		
6265	Contencioso e notariado	40,00		40,00		
6267	Limpeza, higiene e conforto	13,75		13,75		
6268	Outros Serviços	6,10		6,10		
63	GASTOS COM O PESSOAL	6,28		6,28		
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	6,28		6,28		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	704,44		704,44		
681	IMPOSTOS	86,44		86,44		
6812	IMPOSTOS INDIRECTOS	86,44		86,44		
68123	IMPOSTO DO SELO	3,12		3,12		
681232	Imposto Selo (Outros)	3,12		3,12		
68124	Imposto sobre transportes rodoviários	83,32		83,32		
688	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	618,00		618,00		
6883	Quotizações	618,00		618,00		
Total Classe		8.298,71		8.298,71		
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2.321,67	9.462,00		7.140,33	
7211	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS-NACIONAIS		7.569,00		7.569,00	
72113	Serviços-Nacionais-Normal (Continente)		7.519,00		7.519,00	
72118	Serviços-Nacionais-Isentos (C/ Dedução)		50,00		50,00	
7212	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS-COMUNITÁRIOS	1.330,00	1.893,00		563,00	
72123	Serviços-Comunitários-Normal	1.330,00	1.893,00		563,00	
727	ACERTO DE SERVIÇOS	991,67		991,67		
7271	NACIONAL	991,67		991,67		
72711	C/IVA	911,67		911,67		
A Transportar Classe		2.321,67		9.462,00		
				7.140,33		

CRESPOTIR_1GCO		Balancete Geral				Pág. 5 de 5	
		Acumulado					
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Status	Suspensos, Efetivos, Extra Contab.	Nº Contribuinte	501481710
Exercício	2021	Período	Junho	Tipo Saldo	Saldo das Somas	CRESPOTIR - TRANSITÁRIOS, LDA.	
Conta	1	à	9999999999				
Conta	Descrição	Acumulado		Saldos			
		Débito	Crédito	Débito	Crédito		
Transporte Classe		2.321,67	9.462,00	7.140,33			
72711	C/IVA	911,67		911,67			
72712	S/IVA	80,00		80,00			
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		42,90		42,90		
751	Do estado e outros entes públicos		42,90		42,90		
7512	Lay-off Redução		42,90		42,90		
Total Classe		2.321,67	9.504,90	7.183,23			
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.350,65		13.350,65			
818	Resultado Líquido	13.350,65		13.350,65			
Total Classe		13.350,65		13.350,65			
Total		732.667,32	732.667,32	268.700,35	268.700,35		